



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (FFCH)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade

VILOBALDO ALESTINO MACHADO FILHO

**A BAIXA REPRESENTAÇÃO DA “MULHER TRABALHADORA” NA
DIREÇÃO DO SINDICATO DOS QUÍMICOS DO ESTADO DA BAHIA**

SALVADOR – BA

2015

VILOBALDO ALESTINO MACHADO FILHO

**A BAIXA REPRESENTAÇÃO DA “MULHER TRABALHADORA” NA
DIREÇÃO DO SINDICATO DOS QUÍMICOS DO ESTADO DA BAHIA**

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Estudos de Gênero e Diversidade.

Orientadora: Profa. Mariângela Nascimento

SALVADOR – BA

2015

VILOBALDO ALESTINO MACHADO FILHO

**A BAIXA REPRESENTAÇÃO DA “MULHER TRABALHADORA” NA
DIREÇÃO DO SINDICATO DOS QUÍMICOS DO ESTADO DA BAHIA**

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Estudos do Gênero e Diversidade.

Aprovada em ____ de _____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Doutora Mariângela Nascimento
Orientadora _____

Professora Doutora Sônia Jay Wright _____

Professora Doutora Salete Maria da Silva _____

AGRADECIMENTOS

A “Inteligência suprema causa primária de todas as coisas, que é Deus”.

Aos “espíritos superiores iluminados” que estão representados pelos diversos segmentos religiosos.

As professoras/es pelo comprometimento profissional que tiveram com a minha formação acadêmica e que me fizeram despertar à enxergar e compreender outras possibilidades para transformar o mundo.

Em especial as professoras e orientadoras Mariângela Nascimento e Clarice Pinheiro pelo compromisso profissional e pelo estímulo que me deram para a conclusão deste trabalho.

A todas/os as/os colegas que caminharam comigo nessa trajetória.

A todas/os as minhas amigas, os meus amigos e seus familiares.

Ao meu pai Vilobaldo Alestino Machado (*in memoriam*) e ao meu irmão Vivaltércio Araújo Machado (*in memoriam*) por terem contribuído com a minha história de vida.

Ao meu Tio Domingos Ferreira da Cruz que viveu 101 anos, um amigo muito especial, parceiro, companheiro de todas as horas a quem eu tenho um profundo amor, “sem ele eu nada seria”.

A minha mãe Odete Araújo Sacramento Machado, 90 anos, trabalhadora doméstica, guerreira, mulher de fibra, alfabetizadora, amiga, parceira, companheira e conselheira até hoje. Um exemplo de superação de todas as intempéries da vida, sendo o meu grande espelho. Agradecer por tudo que me fez e faz não é suficiente. A você minha “Deusa” dou a minha vida.

Aos meus filhos João Felipe Passos Machado e João Gabriel Passos Machado, pelo amor especial com ternura e profundo carinho que sinto em minha alma. Eles movem a minha vida, fazem pulsar o meu coração.

A minha filha Leíse da Silva Machado, amiga, parceira, confidente, guerreira, conselheira. Ela representa o sol, o mar, as estrelas, a lua e as florestas. Ela é parte dessa constelação, “sem ela eu nada seria”.

A minha neta Vitória Leisly, pelo sentimento nobre que expresso através do meu amor e carinho.

A minha companheira Vilma Regina Bomfim Passos, mulher guerreira, militante política pela educação e contra as injustiças sociais, amiga, parceira, confidente, conselheira. De coração dou o meu amor, amizade, ternura e cumplicidade.

A todas e a todos que diretamente ou indiretamente contribuíram para a minha formação acadêmica.

“É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta”.

Simone de Beauvoir

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo investigar e compreender a inexpressiva participação das mulheres da classe química, petroquímica, plásticos e afins que vêm sendo discriminadas em sua participação na direção do sindicato. Visa também avaliar se esta condição se deve ao reflexo de uma sociedade e uma classe sindical que é masculina patriarcal e sexista ou ainda se a divisão sexual do trabalho e a jornada ininterrupta compromete tal resultado. Para enriquecimento do trabalho foram utilizados métodos baseados em estudo bibliográfico documental, além de entrevistas, com o propósito de embasar e responder ao problema ora levantado. A experiência como dirigente sindical despertou o interesse em aprofundar e que discorrer sobre esta temática, demonstrando a construção da busca pelos direitos femininos e suas demandas específicas de gênero, reconhecendo assim, o potencial das mulheres do quadro funcional. É sabido que a Revolução Industrial foi o marco na incorporação da mão de obra feminina. Entretanto, havia ainda preconceito em relação à figura da mulher tanto na sociedade como no mercado de trabalho. No entanto, na era Vargas, a partir da promulgação e instituição do novo Código Eleitoral através do decreto 21.076, a mulher passa a integrar-se social, econômica, cultural e politicamente ao país, sendo finalmente reconhecida como cidadã brasileira, com direito a votar e ser votada pela Assembleia Nacional Constituinte. No Brasil houve um crescimento significativo da presença feminina no que podemos indicar como economicamente ativa, na condição de trabalhadora. Com isso, este crescimento acompanhou proporcionalmente as taxas de sindicalização feminina, o que evidenciou a força do trabalho das mulheres no movimento sindical. No entanto, o crescimento expressivo da participação da mulher na organização sindical não alterou a posição desvantajosa em que ocupa no mercado de trabalho e nos sindicatos, pois ainda hoje nesses locais, a discriminação sexista é manifestada na segregação das mulheres em determinados nichos do mercado de trabalho e nos sindicatos, bem como nos diversos locais em que essas estão representadas.

Palavras-chave: Gênero - Mulher - Representação sindical.

ABSTRAT

This research aims to investigate and understand the minimal share of women in chemistry class, petrochemical, plastics and the like that have been discriminated against in their participation in the union leadership . It also aims to evaluate whether this condition is due to the reflection of a society and a labor class that is patriarchal and sexist male or if the sexual division of labor and uninterrupted journey commits such an outcome . For job enrichment based on documentary literature research methods were used , as well as interviews with the purpose to ground and respond to the problem raised herein . The experience as a union leader sparked interest in deepening and discuss this theme, showing the construction of the search for women's rights and their specific gender demands , thus recognizing the potential of women employees. It is known that the Industrial Revolution was the landmark merger of female labor . However , there was still prejudice against woman figure both in society and in the labor market . However , the Vargas era , the promulgation and implementation of the new Electoral Code by Decree 21,076 , the woman goes to integrate socially, economically , culturally and politically the country , finally being recognized as a Brazilian citizen , entitled to vote and be voted on by the National Constituent Assembly . In Brazil there was a significant increase in female presence in what we can deem economically active in working condition . Thus , this growth proportionally accompanied unionization rates , which demonstrated the strength of women's work in the labor movement . However , the significant increase in the participation of women in trade union organization did not change the disadvantageous position it occupies in the labor market , because today in the workplace , sexist discrimination is manifested in the segregation of women in certain niches of the labor market .

Key-words: Woman - training - union representation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
CAPÍTULO 1 – MAPEANDO AS CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS.....	14
1.1 – A MULHER E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	21
1.2 – GÊNERO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E CULTURAL.....	24
CAPÍTULO 2 – MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL.....	29
2.1 – A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL.....	33
2.2 – A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO	36
CAPÍTULO 3 – A MULHER NO MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL.....	40
3.1 – A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA BASE PRODUTIVA E COMO SÓCIA DO SINDICATO DOS QUÍMICOS DA BAHIA.....	44
3.2 – A REPRESENTAÇÃO DA MULHER POR SEGMENTO NA BASE PRODUTIVA DA INDÚSTRIA QUÍMICA.....	46
3.3 – A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NO ESPAÇO DO SINDICATO.....	51
3.4 – A REPRESENTAÇÃO DA MULHER CONFORME A SUA DIMENSÃO.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAS.....	59
REFERÊNCIAS.....	62
ANEXO 1.....	68

RELAÇÃO DE GRÁFICOS

FIGURA 1 – REPRESENTATIVIDADE APROXIMADA DO TOTAL DE TRABALHADORES/AS NA BASE PRODUTIVA DA INDÚSTRIA QUÍMICA...	45
FIGURA 2 – REPRESENTATIVIDADE APROXIMADA DOS ASSOCIADOS/AS NO SINDICATO.....	46
FIGURA 3 – REPRESENTATIVIDADE APROXIMADA DOS ASSOCIADOS/AS NO SEGMENTO QUÍMICO E PETROQUÍMICO.....	47
FIGURA 4 – REPRESENTATIVIDADE APROXIMADA DOS ASSOCIADOS/AS NO SEGMENTO PLÁSTICO.....	48
FIGURA 5 – REPRESENTATIVIDADE APROXIMADA DOS ASSOCIADOS/AS NO SEGMENTO FERTILIZANTE.....	49
FIGURA 6 – REPRESENTATIVIDADE APROXIMADA DOS ASSOCIADOS/AS NO SEGMENTO QUÍMICO PRODUTOS ACABADOS.....	49
FIGURA 7 – REPRESENTATIVIDADE APROXIMADA AGREGADA DOS ASSOCIADOS/AS NOS SEGMENTOS DA BASE PRODUTIVA DO SINDICATO DOS QUÍMICOS.....	50
FIGURA 8 – QUANTITATIVO DA DIRETORIA DO SINDIQUÍMICA.....	52

FIGURA 9 – QUANTITATIVO GRÁFICO DA COTA DE GÊNERO NA PERSPECTIVA DA MULHER TRABALHADORA NO SISTEMA DIRETIVO DO SINDICATO DOS QUÍMICOS.....	54
---	-----------

INTRODUÇÃO

Durante 25 anos de minha vida trabalhei na indústria química e petroquímica da Bahia e desde então passei a me interessar sobre os assuntos relacionados à dinâmica de trabalho entre o setor industriário e entre as trabalhadoras e trabalhadores, assim como sobre os seus direitos de igualdades e oportunidades. Com esse interesse, entendi que só poderia contribuir na luta da dicotomia capital x trabalho através da minha participação na direção sindical aliada a minha vontade política pela transformação social.

Foi essa vontade que fez com que no ano de 1995 eu participasse das eleições sindicais e fosse eleito diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química e Petroquímica no Estado da Bahia, com mandato de três anos, tendo sido reeleito por mais cinco mandatos.

Desde a sua fundação, em 1963, como Associação dos Trabalhadores da Indústria Petroquímica-Aspetro, o Sindiquímica vem se inserindo nas lutas sociais e políticas da Bahia. No início, enfrentou um patronato autoritário que não aceitava as direções sindicais dos trabalhadores/as. No auge da ditadura militar, o sindicato reunia milhares de trabalhadores/as em assembleias e conseguia aglutinar a categoria em torno de suas reivindicações. Foram vários acontecimentos que elevaram o Sindiquímica ao patamar de entidade vanguardista na luta sindical. A intercessão pelos trabalhadores/as foi constante desde o período de ditadura militar. De 1964 a 1972, três juntas interventoras se sucederam na direção da Aspetro e alguns dos seus dirigentes acabaram sendo presos e torturados. A carta sindical do Sindiquímica foi obtida em 1978.

Durante o período militar, o Sindiquímica apoiou as oposições sindicais que combatiam a ditadura e teve importante participação no novo sindicalismo, rompendo com estrutura oficial do sindicalismo tradicional e contribuindo para a criação da Central Única dos Trabalhadores/as-CUT. Para barrar a tentativa dos empresários de dividir a categoria em químicos e petroquímicos, em 1985, foi criado o Proquímicos/Sindiquímica. Nesse mesmo período no dia 29 de agosto de 1985, a categoria em clima de repressão e enfrentamento a polícia, realizou uma greve que pela primeira vez parou um complexo petroquímico no

mundo. A greve se deu de forma programada e articulada, sinalizando de que as motivações não eram apenas econômicas e sim políticas. De acordo com os jornais locais, em seu ápice, a greve paralisou cerca de 15 mil trabalhadores/as e durou 16 dias. Nos seis meses posteriores, foram demitidos mais de 200 trabalhadores/as que, depois de muita luta através do Sindiquímica, alguns foram reintegrados e depois tiveram a condição de anistiado político pelo Estado brasileiro reconhecida.

A entidade foi uma das primeiras no país a criar uma Secretaria de Gênero que amplia a luta da mulher trabalhadora e, na atualidade, colocou em funcionamento o Coletivo dos Pré-Aposentados e Aposentados (CPAS). O Sindiquímica também foi o primeiro a incluir na Convenção Coletiva de Trabalho-CCT a ampliação da licença maternidade de 4 para seis meses, muito antes que o ex-presidente Lula sancionasse a Lei 11.770/08, que regulamentou esse benefício. Na atualidade, o Sindiquímica conta com uma grande influência no cenário político nacional e local. Filiado à Central Única dos Trabalhadores/as-CUT, à Confederação Nacional do Ramo Químico-CNQ/CUT, à Federação Única dos Petroleiros-FUP e à Industriall - organismos importantes na luta sindical. Porém, o mais significativo é a contribuição do sindicato ao desenvolvimento regional, porque além da mão de obra altamente politizada e especializada, a categoria contribuiu com nomes importantes na condução do governo estadual e federal como: o ex-governador da Bahia e atual Ministro Jaques Wagner e os secretários de governo Rui Costa e Moema Gramacho, que foram oriundos dos quadros do Sindiquímica. No Estado, o sindicato está sempre presente nas mobilizações que integram os movimentos de classe e sindicais contribuindo para as transformações sociais. Em 2013, não poderia ser diferente. No mês de junho, a população foi às ruas protestar por um país melhor e lá o Sindiquímica também esteve presente. Portanto, a história do Sindiquímica se confunde com os principais movimentos reivindicatórios de cunho civil. E, em 2014, o Sindiquímica continuará junto aos trabalhadores e às demandas da sociedade brasileira e baiana.

Durante o processo de formação das chapas no ano de 1995 para a disputa eleitoral, foi utilizada como parâmetro uma cota de 30% para a participação da mulher na direção. Essa cota não era institucionalizada e sim uma prática da época utilizada por vários sindicatos atendendo a uma reivindicação antiga das mulheres da categoria. De acordo com a cota praticada, a representação naquele momento deveria ser de 27 mulheres correspondentes a

30% dos 90 cargos de direção, mas houve apenas a inserção de 2 mulheres correspondentes a 2,2%. Uma participação extremamente tímida para compor a Secretaria de Mulheres do Sindicato, principalmente quando observamos que essa categoria dos químicos à época era estimada em aproximadamente 5.500 trabalhadores/as diretos nas fábricas, tendo estimado aproximadamente 2.700 associados/as no sindicato.

Enquanto sindicalista essa situação me chamou atenção para a necessidade de construir mecanismos que pudessem possibilitar e ao mesmo tempo ampliar a participação das mulheres na direção do sindicato. E, que em outros espaços de representação também fosse garantida a participação delas, como: Cursos de formação, Assembleias, Congressos, Comissão de Participação de Lucros e Resultados – PLR, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA entre outros.

No ano 2001 ocorreu uma unificação inédita entre o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química e Petroquímica no Estado da Bahia – Sindiquímica e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo no Estado da Bahia – Sindipetro, que unidos construíram um novo modelo de sindicalismo por ramo de produção, seguindo a orientação da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Juntos criaram o maior Sindicato do Norte e Nordeste do Brasil e um dos maiores da América Latina, o “Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico e Petroleiro no Estado da Bahia”, com aproximadamente oitenta mil trabalhadores/as diretos nas fábricas e tendo aproximadamente dezoito mil filiados/as. Nesse novo sindicato a Secretaria de Mulheres passou a ser chamada de Secretaria de Gênero. Essa unificação durou 10 anos terminando em 2011, quando os sindicatos voltaram politicamente a ter os seus nomes de origem Sindiquímica e Sindipetro. Mas juridicamente mantiveram o nome da unificação até que o Ministério do Trabalho emitisse a Carta Sindical reconhecendo novamente as duas entidades sindicais, o que até a presente data não foi feito.

Como diretor sindical responsável pelo setor de formação juntamente com a diretora Simone Gomes (responsável pelo setor de Gênero), elaboramos um projeto para dialogar com a questão de Gênero com ênfase nas mulheres da categoria. Assim em 2003, o Sindiquímica através dos setores de Formação e Gênero estabeleceram um convênio com o NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/UFBA, que desenvolveram um projeto de formação sobre “Assédio Moral” para a categoria das trabalhadoras. Essa iniciativa de

formação política teve uma carga horária de 16 horas por módulo, tendo sido realizado nas regiões de Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista. Tal parceria realizada entre o Sindicato e o NEIM foi de fundamental importância para a valorização dessas trabalhadoras, surgindo a partir dessa iniciativa, lideranças que passaram a se envolver com a atividade sindical despertando o interesse pela participação na direção, ainda que de forma muito discreta.

Quanto ao período em que estive no cargo de diretor sindical, pude entender através dos conhecimentos passados pelo NEIM a importância da construção e da busca pelos direitos da mulher com as suas demandas específicas. Assim como reconhecer o potencial das mulheres como lideranças, o que me possibilitou proporcionar e dar acessibilidade a elas ao curso de formação política chamada “Formaquim Mulher”, especificamente para a indústria química, petroquímica, fertilizantes, plásticos e afins.

Nesse curso participaram aproximadamente 50 mulheres. Os resultados exitosos justificaram o investimento na formação política delas, o que fomentou a sua participação na composição da chapa na disputa eleitoral do ano de 2005. Assim, essa motivação protagonizada pelas mulheres aumentou em 100% a sua participação na chapa da direção sindical, saindo de 2 mulheres no ano de 1995 para a participação de 4 mulheres em 2005. Essa representação continua extremamente tímida quando pensamos nos avanços políticos e teóricos que ampliaram os espaços das mulheres, os quais devam ser respeitados. Nesse sentido, posso dizer com toda certeza que a chapa da direção do sindicato é uma expressão de carência do papel político da mulher e a manutenção de uma estrutura institucional patriarcal edificada por valores machistas.

A partir dessa minha vivência enquanto sindicalista pude entender que a inserção das mulheres que eu almejava alcançar não bastava somente o meu desempenho através da prática sindical. Prática essa, que por si só não dava conta das questões de gênero na perspectiva das trabalhadoras. Eu percebia um esvaziamento de conteúdo nas questões relacionadas a gênero na perspectiva da mulher, o que dificultava esse tema ser pautado nos debates da direção e da categoria, bem como, uma ausência em debater os problemas que afligiam as trabalhadoras. Essa circunstância me fez enxergar à necessidade de aprofundar o meu conhecimento teórico baseado nas teorias feministas para possibilitar a mudança desse cenário. Diante dessa

realidade, comecei a me capacitar sobre as temáticas envolvendo a realidade da mulher trabalhadora. Para isso, busquei o curso de Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade-BEGD da UFBA para me fortalecer e constituir efetivamente o conteúdo sobre o tema.

Foi a partir dessa noção enquanto sindicalista e dos conhecimentos adquiridos com o curso do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade-BEGD que pude pensar e desenvolver a proposta deste trabalho que foi construído com base na crítica feminista e nas lutas de classe possibilitando uma investigação a partir de estudos relacionados à questão sindical. Tendo por objetivo identificar a representação de gênero na perspectiva da mulher que não está suficientemente contemplada na direção do Sindicato dos Trabalhadores/as Químicos/as do Estado da Bahia.

É essa minha observância que me fez investigar a realidade da categoria das trabalhadoras da indústria química, pretendendo mostrar como essas condições de segregação da representação da mulher na direção sindical e do desestímulo da participação delas no sindicato ocorrem devido à masculinização e hierarquia patriarcal dos espaços. Segregação essa que implica também no modo “sutil” com que o patriarcado invisibiliza as mulheres nos espaços de poder ocupados majoritariamente pelos homens. Práticas patriarcais que fortalecem o comportamento sexista dos membros da direção, vez que, na hora de decidir pela formação da chapa para a disputa das eleições, não levam em consideração a participação das mulheres proporcionalmente a sua dimensão representativa na base produtiva do sindicato e como sócias. Essa condição impacta diretamente do desestímulo das mulheres que após as eleições, não serão contempladas de forma equitativa à sua representação na direção sindical e nos cargos estratégicos.

Tais elementos provocam uma inquietação, afinal, se as mulheres estão na base produtiva e associadas, por que elas não estão na direção? Responder essa pergunta implica em fazer uma comparação teórica e empírica da realidade. Para isso, procurei desenvolver um trabalho em algumas etapas: Primeiro, procurei através de um breve relato descrever o conhecimento da realidade das mulheres trabalhadoras, suas condições de trabalho, seus desejos em relação à participação no sindicato, suas expectativas futuras, o reconhecimento profissional, entre outras questões. A partir dessa informação inicial, pude organizar a metodologia a ser utilizada nesse trabalho de pesquisa por se tratar de algo que nos

proporcione ter uma visão focada na participação da mulher no movimento sindical. Ainda como critério de análise, fez parte do estudo artigos e defesas de autores/as que, ao se interessar com este aspecto de crescimento contínuo da participação da mulher no mercado de trabalho e de sua organização no movimento sindical, apesar das grandes dificuldades para elas lograrem uma inserção apropriada, pesquisaram e buscaram focar na inserção dessas mulheres em cargos de direção e representação sindical.

Segundo, procurei a relação bibliográfica, as teorias voltadas à questão de gênero, trabalho, classe, raça/etnia, idade e geração, referências fundamentais para nortear a minha pesquisa e conclusões.

Através desta pesquisa, verificaremos os resultados que serão obtidos e que poderão ser utilizados para fins científicos como ferramenta inicial do processo de redemocratização do país, em que haja discussão e proposta ao conjunto do movimento sindical, buscando formas de lutas que visem romper com a discriminação de gênero na perspectiva da mulher e, com isso, alcançar a igualdade de oportunidade entre homens e mulheres.

Também a pesquisa bibliográfica, sobretudo, foca os principais conceitos relacionados à participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil, na precarização do trabalho contemporâneo e no movimento sindical, mais especificamente no Sindiquímica, o que caracteriza o tipo de pesquisa como qualitativa e descritiva. Além deste aspecto, a pesquisa bibliográfica oferece meios de investigação meramente inovadora a partir da pesquisa a diversos autores/as. Além disso, a pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos.

Além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa contou também com entrevista realizada a uma operadora de máquinas injetoras da indústria plástica – Inplassul e diretora do Sindiquímica, Sr^a Maria Neves dos Santos, 44 anos, bem como a um diretor da Confederação Nacional dos Químicos-CNQ representando o Sindiquímica, Sr. Gildásio Ribeiro, ambas concedidas no dia 15 de Janeiro de 2014, que nos deu uma visão real, tanto quantitativa quanto qualitativa da presença e atuação da mulher no movimento sindical, especificamente no Sindiquímica, objeto desta pesquisa.

A terceira etapa me dediquei ao contexto histórico. A vida do sindicato e a presença da mulher. A luta delas no movimento sindical no Brasil, a representação delas no setor produtivo e como sócias do sindicato e as conquistas pelos direitos no mundo do trabalho. A entender a mulher contemporânea no mercado de trabalho e luta sindical. Ainda nessa parte do trabalho, organizei uma pesquisa de campo através de coleta de dados via entrevistas para a constatação de que os números em percentuais da representação da mulher na direção sindical não expressam de fato a sua dimensão quando comparados ao número de trabalhadoras na base produtiva, como sócias do sindicato e como associadas da Central Única dos Trabalhadores/as-CUT. Após a realização da coleta de dados, passei a fase de análise dessas informações construindo gráficos que possibilitam a elucidação dessas diferenças e identificando teoricamente as razões dessa discrepância de mulher na vida sindical.

Nas considerações finais, aponto as minhas conclusões e argumentos a cerca do tema que me dispus a pesquisar: A baixa representação da “Mulher Trabalhadora” na direção do Sindicato dos Químicos do Estado da Bahia.

CAPÍTULO 1 - MAPEANDO CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS

Nesse capítulo será abordada a trajetória histórica da mulher trabalhadora antes da revolução industrial e posterior a ela no Brasil, também abordará a participação das mulheres trabalhadoras através da sua história de luta. A Revolução Industrial¹ será referência para entendermos o processo de expansão do capitalismo e como a mulher foi inserida nas relações produtivas capitalista nesse período.

Tomando como referência os estudos e pesquisas de Carmen Silva e Verônica Ferreira (2005), essas autoras relatam que são muitas as análises referentes ao trabalho da mulher, no entanto, essas análises tomam como ponto de partida apenas o período da Revolução Industrial ou do período pós – guerra, momento no qual as mulheres entraram massivamente no setor industrial. Entretanto, as mulheres sempre trabalharam em funções que não estavam relacionadas ao período industrial, trabalharam, principalmente, em atividades domésticas, na condição de escravas, amas, agricultoras, donas de casa etc., atividades que participam da reprodução do sistema econômico vigente.

Os estudos realizados sobre a economia de mercado em período anterior ao capitalismo pelo sociólogo Paul Singer (1987), revela que a economia de mercado é muito antiga. Desde o começo da história do trabalho, diferentes sociedades organizaram as suas vidas econômicas sobre a forma de produção de bens que eram intercambiados em feiras sazonais ou mercados permanentes. Ainda seguindo o autor, nas formações sociais anteriores ao capitalismo, a economia de mercado só coexistia como uma economia de subsistência mais ou menos extensa, bem como alguns bens que eram produzidos como mercadorias e muitos outros eram produzidos como valores de uso para o consumo dos próprios produtores ou de outros membros do seu círculo doméstico. (SINGER,1987, p.42)

Segundo Singer (1987), a identificação do funcionamento do comércio e as produções das mercadorias ocorreram antes do século XVI. Nesse período, deu-se início a troca de

¹ **Revolução Industrial.** As máquinas foram inventadas, com o propósito de poupar o tempo do trabalho humano. Uma delas era a máquina a vapor que foi construída na Inglaterra durante o século XVIII. Graças a essas máquinas, a produção de mercadorias ficou maior e os lucros também cresceram.

produtos que era feito pelos próprios membros da família e essa prática caracterizava o valor de uso, ou pessoal. Assim, passado esse período da história, começa o desenvolvimento do capitalismo como sistema de trocas de mercadoria baseado não apenas no valor de uso, mas no valor de troca.

Em vista disso, afirma Singer,

O período do desenvolvimento do capitalismo manufatureiro do século XVI ao século XVIII assiste ao embate entre o capital manufatureiro e (apoiado, em vários países, pelas monarquias absolutas) e as corporações muitas vezes aliadas à nobreza local. Deste embate surgem as nações modernas, politicamente dominadas pelo poder nacional e economicamente unificadas pela abolição das barreiras ao comércio interno e pela abolição das moedas e medidas locais. (SINGER, 1991, p.14)

Para Nadya Araújo Castro e Iracema Brandão Guimarães (1997), a emergência do capitalismo e a Revolução Industrial, antecedida por um processo de acumulação primitiva, teriam estabelecido as condições para a expansão da escala da produção, ao se romperem os laços do homem à terra, desconectando-o de sua base de subsistência e forçando-o a trabalhar por salário.

Dessa forma, para algumas autoras como Helana Hirata e Danile Kergoat, (2007) esse processo não esteve livre de impactos sobre a divisão sexual do trabalho², especialmente porque afetou a organização da família e as condições de exercício da economia capitalista.

Nesse cenário em que retratam as autoras citadas acima, entende-se que a Revolução Industrial expandiu sua produção redefinindo novas formas de relação de subsistência, o que causou impactos nas famílias, sobretudo, na relação com a manufatura. Para tanto, de acordo com Magda Alves e Jacqueline Pitanguy (1985) entendem que,

² **Divisão sexual do trabalho.** Em termos estritamente biológicos, a divisão sexual exprime as diferenças, baseadas em características genéticas específicas, entre os indivíduos do sexo masculino e os indivíduos do sexo feminino, que contribuem para a definição da identidade individual. Numa perspectiva sociológica, a divisão sexual constitui uma forma de desigualdade, que se articula com outras, como a classe, raça/etnia, idade e geração. Este tipo de divisão repercute-se sobre os homens e as mulheres nos diversos espaços da vida social: no ambiente doméstico, no ambiente de trabalho, no ambiente político e outros.

A mulher compartilhava com o homem as terríveis condições de trabalho vigente naquele período, como as jornadas de 14, 16 e até de 18 horas, as mulheres (assim como os menores) sofrem ainda uma superexploração advinda das diferenças salariais. Em Paris, os salários femininos eram em média de 2,14 francos e os masculinos, de 4,75; na Alemanha, na indústria de papel, os homens ganhavam de 18 a 20 marcos, e as mulheres de 9 a 12; em Massachusetts, na indústria de calçados, os salários variam de 37 dólares para as mulheres a 75 para homens. A justificativa ideológica para a superexploração era de que as mulheres necessitavam menos trabalho e menos salários do que os homens porque, supostamente, tinham ou deveriam ter quem as sustentassem. (ALVES; PITENGUY, 1985, p. 38).

A primeira etapa da Revolução Industrial, firmam Leonel Itaussu Mello e Luiz César Costa (1993), ocorreu no período de 1760 a 1860, essa ficou limitada, primeiramente, à Inglaterra. Houve também nessa época o aparecimento de indústrias de tecidos de algodão, com o uso do tear mecânico, bem como o aprimoramento das máquinas a vapor que contribuíram para a continuação da revolução industrial. Ainda afirmam Melo e Costa (1993), após esse período, aconteceu a segunda etapa da revolução industrial que ocorreu no período de 1860 a 1900, ao contrário da primeira fase, países como Alemanha, França, Rússia e Itália também se industrializaram. Ainda nessa época, o emprego do aço, a utilização da energia elétrica e dos combustíveis derivados do petróleo, a invenção do motor a explosão, da locomotiva a vapor e o desenvolvimento de produtos químicos foram as principais inovações desse período, diz Mello e Costa (1993). Continuando com os autores citados, nessa etapa ocorreu a incorporação da mão de obra feminina. Não obstante, vale salientar que mesmo com reconhecimento oficial, não houve enriquecimento na mão de obra, pois havia grande preconceito em relação à figura da mulher, tanto na sociedade como no mercado de trabalho.

Segundo Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg (2008) durante a Revolução Industrial,

As mulheres francesas já participavam ativamente em alguns setores produtivos. O operariado feminino havia crescido consideravelmente e os subúrbios de Paris estavam invadidos por mulheres famintas em busca de trabalho nas manufaturas. As mulheres das classes mais altas participavam dos clubes políticos e científicos. (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 26)

Seguindo a citação acima referenciada pelas autoras, durante a revolução industrial um conjunto de mudanças aconteceram na Europa nos anos de 1760 a 1860, e a principal particularidade dessa revolução foi à substituição do trabalho artesanal pelo assalariado, o uso das máquinas e a incorporação das mulheres.

O avanço tecnológico que lastreia a Revolução Industrial abre caminho para uma participação massiva das mulheres na força de trabalho. A condição de inferioridade

à qual a mulher já vinha submetida será importante objeto de interesse da burguesia, ávida em acumular riqueza. Sua passividade e submissão dentro do mundo doméstico, desenvolvida durante uma longa história de subordinação, serão utilizadas para impor-lhe o pagamento de salários inferiores aos do homem e jornadas do trabalho excessivas e insalubres, favorecendo assim a extração de uma mais-valia absoluta ainda maior. Oprimidas, exploradas, às mulheres será longamente negado direito à sindicalização, o acesso à proteção das leis trabalhistas que garantiam o salário, o limite da jornada e as mesmas condições de trabalho dos homens, além do direito à cidadania (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 23).

Com o avanço das tecnologias, citado anteriormente, as mulheres passaram a fazer parte de forma massiva da indústria a partir do século XX, porém, em condições inferiores, sobretudo nas relações de trabalho: superexploração, baixos salários e jornada de trabalho excessiva, sem direitos a reivindicação e muito menos a sindicalização.

Alves e Pitanguy (1985, p 41) acrescentam que:

Através da luta constante por seus direitos, as mulheres trabalhadoras romperam o silêncio e projetaram suas reivindicações na esfera pública. O avanço das lutas operárias congrega homens e mulheres nas organizações sindicais. Como eles, as mulheres participavam das greves e, como eles, foram vítimas de repressão. O dia 8 de março, depois proclamado Dia Internacional da Mulher, faz parte dessa história de luta. Em 8 de março de 1857, as operárias da indústria têxtil de Nova Iorque empreenderam uma marcha pela cidade, protestando contra seus baixos salários e reivindicando uma jornada de trabalho de 12 horas. Violentemente reprimidas pela polícia, muitas tombaram presas e feridas. (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 41).

Entretanto, de acordo com a Organização das Nações Unidas a manifestação ocorrida em 8 de março de 1857, mostra que, apesar de serem excluídas dos sindicatos, as mulheres reagiram e lutaram contra essa situação de superexploração. Nesse acontecimento de 8 de março, as mulheres que reagiram foram reprimida com total violência. Foram trancadas dentro da fábrica e incendiadas, aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas num total ato desumano e covarde. Porém, somente no ano de 1910, durante a conferência na Dinamarca, ficou decidido que a data de 8 de março passaria a ser o “Dia Internacional da Mulher”, em homenagem às mulheres que morreram na fábrica em 1857. Mas somente no ano de 1975, através de um decreto, a data foi oficializada pela ONU.

Alves e Pitanguy afirmam que (1985),

líderes operárias como Jeanne Deroin e Flora Tristan afirmavam a necessidade de que a mulher se educasse e se organizasse para defender seus interesses, procurando fazer com que as organizações operárias masculinas compreendessem que estes eram comuns à toda classe trabalhadora. (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 39).

Nesse sentido, Alves e Pitanguy (1985) conseguem relatar, de forma objetiva, que através de uma luta constante por seus direitos, as mulheres trabalhadoras romperam o silêncio e projetaram as suas reivindicações, organizando-se em movimento feminista e lutando pelo direito político. Uma das maiores vitórias femininas ao longo dos tempos foi o direito ao voto, uma luta que se travou por quase um século através de movimentos feministas que foram, no fim do século XX, chamado de sufragistas. Com vitórias e lutas, mas conclusivas, as sufragistas foram, aos poucos, ganhando o direito de voto por todo o Ocidente.

Na virada do século, as manifestações concentra a discriminação feminina, adquiriram uma visibilidade e uma expressividade maior no chamado “sufragismo”, ou seja, no movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres. Com uma amplitude inusitada. Alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultados desiguais), o sufragismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a “ primeira onda” do feminismo. Seus objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas á organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média, e o alcance dessas metas (embora circunscrito a alguns países) foi seguido de uma certa acomodação no movimento. (LOURO, 1997, p. 14).

No Brasil, no final do século XIX, as mulheres deram início à luta pelo reconhecimento da cidadania. Para Lurdes Bandeira e Hildete Melo (2010) a cidadania reivindicada pelas mulheres foi abortada pela Carta Constitucional de 1891, e, isso desmobilizou as mulheres causando uma grande letargia que se estendeu ao movimento social. Segundo essas autoras, só na primeira década do século XX ressurgiu nova mobilização feminista, agora tendo como mentora a professora Leolinda de Figueiredo Daltro (1860 – 1935), na luta pelo direito ao voto, fundamentada na constitucionalidade do voto inscrito na carta de 1891, quando requereu seu alistamento, e, como todos os outros requeridos por mulheres, foi rejeitado pela justiça. Ainda assim, esse parecer sobre a sua inscrição como eleitora foi motivo para um grupo de mulheres do Rio de Janeiro tomasse a iniciativa de se reunir em dezembro de 1910 para fundar o Partido Republicano Feminino-PRF. (BANDEIRA, MELO, 2010).

No século XIX, a querela do feminismo torna-se novamente uma querela de sectários; uma das consequências da revolução industrial é a participação da mulher no trabalho produtor: nesse momento as reivindicações feministas saem do terreno teórico, encontram fundamentos econômicos; seus adversários fazem-se mais agressivos. Embora os bens de raiz se achem em parte abalados, a burguesia apega-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia da propriedade privada: exige a presença da mulher no lar tanto mais vigorosamente quanto sua emancipação torna-se uma verdadeira ameaça; mesmo dentro da classe operária os homens

tentaram frear essa libertação, porque as mulheres são encaradas como perigosas concorrentes, habituadas que estavam a trabalhar por salários mais baixos. A fim de provar a inferioridade da mulher, os antifeministas apelaram não somente para a religião, a filosofia e a teologia, como no passado, mas ainda para a ciência: biologia, psicologia experimental etc. (BEAUVOIR, 1970, p. 17).

Diante das colocações citadas acima, a luta foi o grande impulso para que o movimento feminista no Brasil ganhasse força e identidade. Esse movimento desenvolveu uma importante campanha para que fossem implantados os direitos eleitorais e políticos da mulher. Essa luta possibilitou de fato o direito de voto à mulher e a luta pelo lugar no mercado de trabalho, como afirmam as autoras,

A luta das mulheres pelo direito de voto que antecipara a Constituinte de 1891, que já estava presente entre muitas brasileiras, desde os movimentos em direção ao movimento abolicionista multiplicou entre a década de 1910 a 1920, lutava pelo voto feminino e que atuou no congresso jurídico realizado no Rio de Janeiro ao conseguir aprovar a emenda de sua autoria, por 28 x 4 votos: 1. A mulher não é moral nem intelectualmente, inapta para o exercício dos direitos políticos; 2. Em face da Constituição Federal, não é proibido às mulheres o exercício dos direitos políticos que lhes deva ser permitido. (BANDEIRA; MELO, 2010, p.14).

No entanto, para Bandeira e Melo (2010), um marco significativo ocorreu com a presença no cenário político nacional da bióloga Bertha Lutz (1894-1976), dotada de espírito combativo, ao regressar da Europa e influenciada pelos movimentos sufragistas na Inglaterra e nos EUA, publicou vários artigos com pseudônimo de Iracema. A feminista Bertha Lutz defendia veementemente o direito ao voto das mulheres reacendendo a chama da luta pelo sufrágio no Brasil. Segundo Costa e Sardenberg,

No Brasil, o pensamento feminista surge, pela primeira vez, no século passado, introduzido por Nísia Floresta Brasileira Augusta cuja publicação das obras “Conselhos à Minha Filha” (1842), “Opúsculo Humanitário” (1853) e “A Mulher” (1856), além da tradução da obra pioneira de Mary Wollstonecraft, “*A vindication of the Rights of Women*” (1832), marca o despertar de uma consciência crítica acerca da condição feminina na nossa sociedade. Desde então, o feminismo no Brasil vem assumindo várias formas de luta, diversas bandeiras e diferentes facetas. Já foi sufragista, anarquista, socialista, comunista, burguês e reformista. Já lutou no parlamento, nas ruas e nas casas para conquistar e garantir o acesso da mulher à educação formal. E vem lutando pela igualdade de salários e condições dignas de trabalho, pela valorização do trabalho doméstico, pelo direito inalienável de todas ao controle sobre o próprio corpo e gozo de nossa sexualidade, enfim, pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a mulher possa realizar-se plenamente enquanto ser humano e cidadã. (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 32).

Vale lembrar que, para Guacira Louro (1997), nesse período ocorreu o desdobramento da assim denominado “segunda onda”³ – aquele que se inicia no final da década de 1960 em

que o feminismo, além das preocupações sociais e política, irá se voltar para as construções propriamente teóricas. A partir daí, o debate trouxe as questões feministas que foram travadas, de um lado, por estudiosas e militantes; e do outro, por seus críticos, o que contribuiu para engendrar e problematizar o conceito de gênero. Entretanto, durante a segunda onda³ a luta política das feministas ganha força nesse período. Foram realizadas várias manifestações, como passeatas, protestos públicos, denúncias através de jornais, revistas, livros e outros, que ajudam a fortalecer os argumentos da luta feminista no Brasil.

Na análise feita por Louro, a efervescência social e política de contestação e de transformação que o movimento feminista contemporâneo resurge, expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas. Algumas obras hoje clássicas como por exemplo *Le deuxième sexe*, de Simone Beauvoir (1949), *The feminine mystique*, Betty Friedeman (1963), *Sexual Politics*, de Kate Millett (1969) marcaram esse novo momento. Militantes feministas participantes do mundo acadêmico vão trazer para o interior das universidades e escolas questões que as mobilizavam, impregnando e “contaminando” o seu fazer intelectual – como estudiosas, docentes, pesquisadoras com a paixão política. Surgem os estudos da mulher. (LOURO, 1997, p. 16)

A expansão da mulher no campo da política e no mercado de trabalho nas últimas décadas se tornou uma realidade de conquistas no mundo capitalista. A reconfiguração da estrutura produtiva e de transformações no mundo do trabalho insere a presença da mulher a partir da sua surpreendente luta política nos movimentos de mulheres e das ideias feministas de emancipação. Essa luta política que se dá nos partidos políticos, sindicatos, movimento social organizado e outros, tem valorizado a questão de gênero na perspectiva da mulher trabalhadora.

O contingente de mulheres que ingressa na vida econômica ativa a partir do século XX tem fortalecido a perspectiva de gênero com a participação das trabalhadoras brasileiras no mundo do trabalho. Essa mudança expressiva na participação das mulheres no setor produtivo provoca uma mudança de paradigma, quando elas passam a ocupar os espaços e desenvolver tarefas que antes eram ocupados pelos homens, sobre tudo em cargos de chefia. Com o ingresso da mulher no setor produtivo, também aumenta a participação delas no sindicato, que

³**Segunda Onda Feminista** é reconhecida por estar compreendida no período que se estende da década de 1960 até a década de 1980. É uma continuidade da Primeira Onda Feminista, com as mulheres se organizando e reivindicando seus direitos. Entretanto há características que distinguem as duas fases. Enquanto no primeiro momento as mulheres lutavam por conquista de direitos políticos, no segundo momento as feministas estavam preocupadas especialmente com o fim da discriminação e a completa igualdade entre os sexos.

atualmente começam a reivindicar melhores condições de trabalho, salário, licença maternidade e uma lei para combater o assédio moral e sexual, dentre outros. Entretanto,

A problemática específica de gênero, no entanto, foi levantada pelas trabalhadoras nos grupos de discussão, extrapolando os objetivos iniciais das direções sindicais. Nas resoluções destes congressos as questões específicas surgiram na forma de reivindicação de proteção às gestantes, de creches no local de trabalho e de equiparação salarial com os homens. As trabalhadoras discutiram também a importância de ampliar a sindicalização feminina e exigiram “maior visibilidade para poderem ser incluídas no exercício de representação sindical”. (CAPPELLIN, 1994, p. 278).

A presença do discurso de gênero na perspectiva da mulher trabalhadora e a atuação feminista, fez com que a classe trabalhadora passasse a ser pensada como um conjunto de trabalhadores de vivências diferenciadas da exploração capitalista segundo gênero, raça e etnia. Conquista essa que possibilitou uma mudança democrática para o fortalecimento da participação da mulher nos espaços de poder público e privado, que permite disputar o seu empoderamento a partir da sua luta política. Considerando esses aspectos, a mulher demanda agendas que entram na pauta da ordem do dia possibilitando novas conquistas, aumentando a sua participação nos partidos políticos, nas universidades, nos sindicatos, nos concursos públicos e privados, nos mercados de trabalho e outros. Esse resultado se deve a sua luta política permanente e de resistência.

1.1 A MULHER E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Com base nas escrituras da construção histórica do Brasil relacionado à organização do trabalho até os dias atuais, a participação da mulher é traduzida enquanto sujeito ativo na construção social do trabalho, seguindo a cronologia do processo de emancipação da mulher e da libertação da opressão. Confirmando, de certa forma, a afirmação de Engels (1984) quando afirma que “da primeira grande divisão social do trabalho, nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados. [...]” (ENGELS, 1984, p.182).

Simone de Beauvoir (1970) em relação ao trabalho, afirma:

A Idade da Pedra, quando a terra era comum a todos os membros do clã, o caráter rudimentar da pá, da enxada primitiva, limitava as possibilidades agrícolas: as forças femininas estavam na medida do trabalho exigido pelo cultivo dos jardins. Nessa divisão primitiva do trabalho, os dois sexos já constituem, até certo ponto, duas classes; entre elas há igualdade. Enquanto o homem caça e pesca, a mulher permanece no lar. Mas as tarefas domésticas comportam um trabalho produtivo: fabricação dos vasilhames, tecelagem, jardinagem, e com isso ela desempenha um papel importante na vida econômica. (BEAUVOIR, 1970, p. 74)

Nesse contexto, a mulher aparece não apenas como propriedade do capitalismo, mas também do homem-marido, que, em vista das altas taxas de mortalidade infantil, utilizaram esse acontecimento como um fator preponderante para desestimular as mulheres-mães a trabalharem fora de casa, pois tal condição estava levando as crianças ao abandono e aos maus tratos, um argumento fundamentado nos valores machista e sexista.

Para Heleieth Saffioti (1979), as mulheres ao se afastarem de seu lugar “natural” – o lar – enfrentam uma situação considerada pela sociedade como de opressão moral e de degradação social, justificada pela ausência de suas funções “naturais” e familiares. Entretanto, e apesar da reação da sociedade conservadora e patriarcal, a mulher é requisitada pela engrenagem da produção capitalista como mão de obra barata e necessária a outras funções. A predominância da presença das mulheres e crianças no trabalho nas indústrias recém-mecanizadas era uma forma de o capitalismo aumentar o seu lucro, explorando a mão de obra com a extensão da jornada de trabalho exaustiva com baixos salários. Para Saffioti,

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito pelo contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos, vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia então. A máquina já havia sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa. (SAFFIOTI, 1979, p. 36)

Segundo as ideias de Hirata e Kergoat (2007), o termo divisão sexual do trabalho, em estudos na França, apontam duas acepções de conteúdos distintos. Trata-se, de um lado, de uma acepção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa

distribuição; e analisa como ela associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

Ainda, para Hirata e Kergoat (2007),

Falar em termos de divisão sexual do trabalho é: 1. mostrar que essas desigualdades são sistemáticas, e 2. articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e portanto os sexo; em suma, para criar um sistema de gênero. (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 596).

De acordo com Beauvoir (1970),

Com a descoberta do cobre, do estanho, do bronze, do ferro, com o aparecimento da charrua, a agricultura estende seus domínios. Um trabalho intensivo é exigido para desbravar florestas, tornar os campos produtivos. O homem recorre, então, ao serviço de outros homens que reduz à escravidão. A propriedade privada aparece: senhor dos escravos e da terra, o homem torna-se também proprietário da mulher [...]. Ela se explica pelo transtorno ocorrido na divisão do trabalho em consequência da invenção de novos instrumentos. A mesma causa que assegurava à mulher sua autoridade anterior dentro da casa, seu confinamento nos trabalhos domésticos, essa mesma causa assegurava agora a preponderância do homem. O trabalho doméstico da mulher desaparecia, então, ao lado do trabalho produtivo do homem; o segundo era tudo, o primeiro um anexo insignificante. O direito paterno substituiu-se então ao direito materno; a transmissão da propriedade faz-se de pai à filho e não mais da mulher a seu clã. É o aparecimento da família patriarcal baseada na propriedade privada. Nessa família a mulher é oprimida. (BEAUVOIR, 1970, p. 74)

Para Kergoat (1996), a noção de divisão sexual do trabalho tem sido uma importante categoria para a compreensão do processo de constituição das práticas sociais a partir de uma base material.

O uso de práticas sociais aqui é usado como uma noção indispensável que permite a passagem do abstrato ao concreto; pode pensar simultaneamente o material e o simbólico; restituir aos atores sociais o sentido de suas práticas, para que o sentido não seja dado de fora por puro determinismo. (KERGOAT, 1996, p. 434)

Nessa perspectiva, é importante fazer uma reflexão das relações sociais de sexo e da divisão do trabalho que são duas proposições indissociáveis que formam um sistema, sendo que a noção de relações sociais de sexo é, ao mesmo tempo, anterior e posterior à reflexão em termos de divisão sexual do trabalho. “Ela é preexistente, pois foi uma aquisição do feminismo, por meio da emergência de categorias de sexo como categoria social e de mostrar que os papéis sociais de homens e mulheres não são produto de um destino biológico, mas

que eles são, antes de tudo, construções sociais que tem uma base material.” (KERGOAT, 1996, p. 437).

Para Hirata e Zarifian (2003) a noção moderna de trabalho, como foi formalizada pela economia política clássica, nos remete a uma dupla definição:

A primeira se apresenta como uma definição antropológica, o trabalho constituindo uma característica geral e genérica da ação humana [...] a segunda definição reinterpreta a primeira ao considerar que as trocas entre homem e natureza sempre se produzem em condições sociais. (HIRATA; ZARIFIAN, 2003, p. 65).

Segundo Saffioti (1994), todas as atividades humanas são medidas pela cultura, gênero, classe e raça, que são categorias co-extensivas. Assim em que pese tal constante, verifica-se que as elaborações culturais em torno dessas categorias e domínios, e a forma em que são apropriadas na prática social, divergem consideravelmente, muitas vezes de forma radical. Não raro, aliás, atividades, comportamentos e/ou traços que em uma determinada sociedade ou época são considerados “naturalmente” masculinos, podem ser, justamente, o que em outras sociedades se configuram como do domínio feminino por excelência. O que nos leva a concluir, seguindo a autora, e com bastante segurança, que as identidades sexuais não são inerentes à biologia dos sexos e sim construções sociais, histórica e culturalmente específicas, passíveis de transformação e de resignificação. (SAFFIOTI, 1994). Para Hirata,

As desigualdades dos salários, das condições de trabalho e da saúde não foram significativamente reduzidas com o crescimento do emprego assalariado das mulheres, e a divisão do trabalho doméstico não mudou de fato, apesar das responsabilidades crescentes assumidas, pelo menos por algumas dessas mulheres, no campo do trabalho profissional. (HIRATA, 2003, p 16).

As diversas funções desempenhadas pela mulher, especialmente a da maternidade e de cuidadora de filhos, alcança uma influência na maneira como a mulher se insere no mercado de trabalho, a maneira como os patrões e os homens geralmente vão se relacionar com as mulheres. Essa realidade de situações que configuram múltiplas funções vai influenciar tanto nas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, como também nas condições em que se desenvolvem a força de trabalho feminina.

1.2 GÊNERO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E CULTURAL

Como fundamentação teórica e empírica e melhor compreender a questão de gênero nessa pesquisa, será abordado breves comentários a cerca do tema, na qual é a ideia que sustenta esse trabalho: as limitações de participação de mulher nos espaços sindical da política.

O termo “gênero” não é utilizado apenas para definir o termo masculino e feminino, mas também para definir uma construção social e cultural que permite dialogar com as diversas questões relacionadas à classe, raça/etnia, religiosidade, sexualidade, idade, geração e outros, bem como diz Sardenberg (1992):

O conceito de gênero não substitui a categoria social “mulher”, tampouco torna irrelevantes pesquisas e reflexões sobre mulheres enquanto grupo social discriminado. Muito ao contrário: permite que se pense tal categoria como uma construção social, historicamente específica, e como tal construção legitima a situação “real” de discriminação, exploração e subordinação das mulheres. Ao mesmo tempo, a categoria social\relacional “gênero”, não nega a diversidade da condição social e experiência feminina em sociedades distintas no tempo e espaço e, ressalte-se, inclusive no seu interior. Como categoria analítica, gênero possibilita pensarmos como os recortes de classe, raça\etnia, e idade e geração permeiam as vivências de “gênero”, de sorte a construir experiências femininas e masculinas bastante distintas. (SARDENBERG, 1992, p. 3)

Seguindo os marcos históricos até a década de 80, a dualidade entre sexo e gênero sobrevivia com força, sendo o primeiro relacionado à condição biológica e o segundo à cultura. Para Joan Scott (1986), a partir da moderna concepção, novas perspectivas surgem para o estudo sobre gênero que permitem definir o conceito de “gênero” como uma percepção sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças dentro de uma maneira de pensar, engessada e dual. Scott (1986) não nega que existem diferenças entre os corpos sexuados, mas o que interessa a ela são as formas como se constroem os significados culturais para essas diferenças, dando sentido a essas diferenças e, conseqüentemente, posicionando-se dentro das relações hierárquicas. Para Linda Nicholson (2000), o reconhecimento das diferenças entre os corpos não leva, contudo, à manutenção da dicotomia sexo x gênero, pois, se o corpo é sempre entendido a partir de um ponto de vista social, o conceito de sexo estaria subsumido ao conceito de gênero (NICHOLSON, 2000, p. 42)

Para Carvalho (2011), pensar o sexo como pertencente à natureza e cultura já seria um produto cultural. “São símbolos e significados construídos sobre a base da percepção da diferença sexual, utilizados para a compreensão de todo o universo observado, incluindo as relações sociais e, mais precisamente, as relações entre homens e mulheres.” (CARVALHO, 2011, p. 72).

Temos, portanto, a tal utilidade analítica de gênero; a possibilidade de aprofundar os sentidos construídos sobre os gêneros masculino e feminino, transformando homens e mulheres em perguntas, e não em categorias de análise fixas.

De acordo com Joan Scott (1988),

O termo “gênero”, além de um substituto para o termo mulher, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres e necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com outro sexo. Além disso, o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres tem a capacidade para dar à luz de que os homens tenham uma força muscular superior. (SCOTT, 1988, p. 72).

Destaca Souza (2000) que a discriminação sobre a ótica das relações de gênero não pode ser reduzida a uma questão só da mulher. Também não é nada biológico ou de anatomia, nem da diferença entre macho e fêmea. A desigualdade de gênero é uma construção cultural incorporada por todos nós homens e mulheres, feministas e não feministas.

Nesse sentido, é interessante o que fala Margaret Mead (1988):

Qualquer discussão acerca da posição da mulher, do seu carácter e do temperamento, da sua escravização ou emancipação, obscurece a questão básica; o reconhecimento de que a trama cultural por trás das relações humanas é o modo como os papéis dos dois sexos são concebidos e de que o menino em crescimento é formado para uma ênfase local e especial tão inexoravelmente como o é a menina em crescimento. (MEAD, 1988, p. 23).

Ainda que se reconheça a importância das construções sociais e culturais na visão de mundo e dos sujeitos tal como conhecemos, não estão sendo bem sucedidas as tentativas de

ilustrar o caráter social de estruturas que parecem tão naturalizadas: o corpo e o sexo, as diferenças entre machos e fêmeas. Para Judith Butler (1990), “em nossa sociedade estamos diante de uma “ordem compulsória” que exige a coerência total entre um sexo, um gênero e um desejo/prática que são obrigatoriamente heterossexuais.” (BUTLER, 1990, p. 276).

Dessa forma, o conceito gênero cabe à legitimação dessa ordem, na medida em que seria um instrumento expresso principalmente pela cultura e pelo discurso que inscreve o sexo e as diferenças sexuais fora do campo do social, isto é, o gênero aprisiona o sexo em uma natureza inalcançável à nossa crítica e desconstrução.

Louro (1999) ressalta que:

Tornar visível aquela que fora ocultada, foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas, tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da ciência. (LOURO, 1999, p. 17).

Desse modo, o papel do gênero seria produzir a falsa noção de estabilidade, em que a matriz heterossexual estaria assegurada por dois sexos fixos e coerentes, os quais se opõem como todas as oposições binárias do pensamento ocidental: macho x fêmea, homem x mulher, masculino x feminino, pênis x vagina etc. É todo um discurso que leva à manutenção da tal ordem compulsória. Butler (2010) lembra com propriedade, que “O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado, tem de designar também o aparato mesmo do movimento de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos.” (BUTLER, 2010, p. 25).

Do mesmo modo define Oliveira (1999) sobre o uso do termo gênero:

É utilizado muito além do significado puramente gramatical, para tornar-se explicativo dos atributos específicos que cada cultura impõe ao masculino e ao feminino, a partir do lugar social e cultural construindo hierarquicamente como uma relação de poder entre os sexos. O termo sexo reporta a um significado biológico ao passo que gênero é utilizado na perspectiva de relações e representa uma elaboração cultural sobre o sexo. (OLIVEIRA, 1999, p. 72)

Entendendo um pouco mais sobre gênero, essa é a “categoria que explica a relação de poder entre os sexos e nos dá a dimensão social da desigualdade sexual com base na naturalização e biologização dos sexos” (OLIVEIRA, 1999, p.70).

Para Louro (1997), “o conceito de gênero está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo. Constituinte desse movimento, ele está implicado linguisticamente e politicamente em suas lutas e, para melhor compreender o momento e o significado de sua incorporação, é preciso que se entenda todo o processo.” (LOURO, 1997, p. 14). Assim, o sentido de pertencimento de diferentes grupos – étnicos, sexuais, de classe, de gênero, de raça, etc. – constitui o sujeito e pode levá-lo a se perceber como se fosse empurrado em diferentes direções da sociedade.

Vale ressaltar que na sociedade quando se refere à questão da classe trabalhadora, as mulheres durante as suas atividades e comportamentos cotidianos, inseridas no plano real e simbólico, o simbólico tende a contribuir e reproduzir para a concretização da exploração da mão de obra feminina, aumentando o lucro do sistema capitalista.

Para Cristina Bruschini (1998), citado o caso brasileiro, os rendimentos das trabalhadoras brasileiras são sistematicamente inferiores aos dos homens, seja segundo o setor de atividade, seja quanto à posição na ocupação ou quanto à escolaridade. Em 95, 85% dos homens receberam mais de cinco salários mínimos contra apenas 66% das mulheres, e isto entre os que tinham mais de 15 anos de estudo. (BRUSCHINE, 1998, p. 36).

É possível constatar que a desqualificação do trabalho da mulher é um dado histórico, quando o sistema produtivo desqualifica as habilidades manuais, em especial as das mulheres, reduz essas atividades e desvaloriza, de modo geral, outros saberes femininos, considerados naturais, ou seja, próprio às mulheres. Um exemplo das habilidades consideradas “naturais” às mulheres está à destreza manual, a atenção aos detalhes, a paciência para realizar tarefas monótonas e repetitivas. Os patrões, historicamente, se aproveitam dessa condição, colocando as mulheres em funções que exigem menos qualificação como: linha de montagem e confecções de peças miúdas, embalagens de eletroeletrônicos, indústrias calçadistas, indústrias de embalagens plásticas, digitação nos bancos, costura nos ramos têxteis etc.

Um fato relevante é que nem todas as mulheres têm ou desenvolvem essas habilidades e características tidas como “naturais”, mesmo porque as mulheres, assim como os homens, não são constituídas de uma “natureza”, de uma essência feminina. Por isso, a

desqualificação do trabalho feminino é constitutiva à estrutura do processo produtivo do capitalismo, que reproduz e mantém a cultura patriarcal e machista, como aparato superestrutural que regula as relações sociais e culturais. Portanto, a discriminação do trabalho da mulher as torna cidadãs de segunda categoria.

CAPÍTULO 2 - MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

No decorrer das décadas de 50, 60 e 70 até os dias atuais, é possível perceber a continuidade das diferenças de gênero no mercado de trabalho. Para Ângela M. C. Araújo e Verônica C. Ferreira (2001), a expressiva participação das mulheres nas organizações sindicais não modificou a posição desvantajosa que a grande maioria das mulheres tem no mercado de trabalho. As autoras afirmam que nos locais de trabalho, a reprodução da discriminação sexista ainda hoje se manifesta, bem como a segregação das mulheres em determinados nichos no mundo do trabalho. Do mesmo modo, as mulheres continuam a exercer funções semi ou não qualificada, mal remuneradas com desigualdades salariais, tendo dificuldades em relação às promoções e a cargos de chefia, e são, em muitos casos, submetidas a maus tratos e assédio sexual. Essa realidade vivida pelas mulheres motiva e justifica o seu interesse em buscar os sindicatos como um veículo de representação dos seus interesses na luta contra as desigualdades de gênero e de classe.

A mulher precisa apresentar uma produtividade maior que a do homem para justificar um salário igual. Essa característica de elevar a produtividade a custos menores é a fórmula do sucesso do sistema baseado na produção capitalista, e isso é alcançado através do determinante dominação-exploração. O fato de o patriarcado ser baseado na dominação-exploração homem-mulher é funcional ao sistema no sentido de fomentá-lo, uma vez que permite que as mulheres sejam sujeitadas a condições adversas da empregabilidade de sua força de trabalho. A situação de inferioridade ou submissão da mulher balizada pelo patriarcado a transformar em uma trabalhadora mais conformada frente a situações de exploração-dominação, tendo em vista o longo processo histórico da opressão feminina. (RAMOS, 2005 p.10).

Segundo Elizabeth Souza Lobo (1991), a divisão sexual do trabalho assume formas conjunturais e históricas, que é construída como prática social, ora conservando tradições que ordenam tarefas masculinas e tarefa femininas na indústria, ora criando modalidades da divisão sexual por tarefas. A autora retrata também, a subordinação de gênero, a assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas que se manifestam não apenas na divisão de

tarefas, mas no critério que definem a qualificação das tarefas, nos salários, na disciplina do trabalho. Ainda segundo LOBO (1991), a divisão sexual do trabalho não é tão somente uma consequência de distribuição do trabalho por ramos ou setores de atividades, senão também o princípio organizador da desigualdade no trabalho. (LOBO, 1991, p. 170).

Para David Harvey (1992), nas últimas décadas houve um reordenamento na sociedade, não só no mercado de trabalho, mas também nas relações entre os familiares, os valores tradicionais e culturais relacionados à família, à sexualidade e à maternidade passaram a ser reformulados, alterando-se práticas cotidianas e mentalidade. Porém, apesar dessas transformações, isso não quer dizer que a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho representou uma mudança revolucionária na vida delas. As mulheres ainda continuam responsáveis pelas atividades reprodutivas e pelos cuidados com a casa e com os membros da família, ainda são vistas como aquelas que “ajudam no orçamento familiar”, enquanto aos homens cabe o papel de provedor. (HARVEY, 1992, p.135).

A transição para a acumulação flexível foi marcada, na verdade, por uma revolução (de modo algum progressista) no papel das mulheres nos mercados e processos de trabalho num período em que o movimento de mulheres lutava tanto por uma maior consciência como por uma melhoria das condições de um segmento que hoje apresenta mais de 40 por cento da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados. (HARVEY, 1992, p.146).

Entendendo o que diz Harvey (1992), esses papéis e funções que continuam a assumir, em particular, o da maternidade e cuidado com os filhos, acabam influenciando a maneira com que as mulheres se posicionam no mercado de trabalho. A maneira como os patrões e os homens em geral irão se comportar diante das mulheres. Esse olhar sobre as mulheres influenciará tanto nas oportunidades de possibilidade no emprego, no tipo de trabalho, como também nas condições em que se apresentam o trabalho.

Que a divisão sexual não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social. Portanto a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre o trabalho de produção e reprodução. E a explicação pelo biológico legitima esta articulação. O mundo da casa, o mundo privado é seu lugar por excelência na sociedade e a estrada na esfera pública, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política, será marcada por este conjunto de representações do feminino. (BRITO; OLIVEIRA, 1998, p. 252).

Para Cristina Bruschini (1998), esta definição social dos papéis masculinos e femininos no âmbito da família têm consequências diferenciais sobre um e outro sexo, em sua participação para se articular no mercado de trabalho. Para a autora, a constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais, limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho, e essa disponibilidade não depende apenas da demanda do mercado e das suas qualificações para atendê-la, mas decorre de uma complexa combinação de características pessoais e arranjos no âmbito doméstico.

No entanto, podemos observar que houve um crescimento da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho e que a questão de gênero se diferencia. Mesmo assim a diferença entre homem e mulher no mercado de trabalho é seguramente visível, assim, as mulheres acabam por ficar com trabalhos menos favoráveis em relação aos homens.

Apesar de, durante os últimos 15 anos, também se observar um crescimento importante das taxas de ocupação femininas, há mais mulheres que homens nos níveis inferiores de cada profissão em termos de produtividade, renda e/ou posição hierárquica, tanto no trabalho por conta própria nas zonas urbanas e rurais, quanto no emprego assalariado formal nos setores público e privado. Por conseguinte, as desvantagens relativas ao gênero impedem que as mulheres que ocupam um posto de trabalho se beneficiem plenamente do fato de haver conseguido acesso ao emprego. As desigualdades de gênero apresentam-se novamente nos termos e nas condições de emprego, assim como nos trabalhos de qualidade relativamente mais baixa. (OIT, 2005 p. 42).

Segundo Ricardo Antunes (1995), “as repercussões alcançadas pelos países do terceiro mundo fizeram parte do processo de desproletarização do trabalho industrial de países avançados. Fato esse que ocasionou em uma crescente expansão do trabalho assalariado através da heterogeneização do trabalho, expresso, inclusive, na crescente incorporação do trabalho da mulher ao mercado de trabalho”. (ANTUNES, 1995, p.42).

Para Verônica Ferreira (2005),

Se comparamos o mundo de trabalho das mulheres ao mundo do trabalho em que estavam inseridas muito antes da emergência do capitalismo como modo de produção, quais as principais características do emprego da mão de obra feminina, principalmente antes e após o capitalismo (trabalho em domicílio, mediante pagamento por peça, manual, repetitivo, multifuncional, atrelado à funções compatíveis com a ideia de “feminilidade” e de qualidades femininas; trabalho doméstico, invisível; relações de trabalho sem regulação e quaisquer direitos), não enxergaremos muitas das “novidades” do mundo da produção reestruturada? (FERREIRA, 2005, p. 34)

Baseado nos estudos de Antunes (1995), a estimativa é de que as mulheres ocupem cerca de 40% da força total de trabalho. Essa incorporação não somente ocorre no setor têxtil, mas nas funções que tradicionalmente vêm sendo desempenhadas pelos homens, e este crescimento foi considerável na maioria dos países.

Ainda segundo ANTUNES (1995),

A presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto a contradição entre indivíduo e sua classe, quanto àquela que advém da relação entre classe e gênero tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea. A classe-que-vive do trabalho é tanto masculina quanto feminina. É, portanto, por isso, mais diversa, heterogênea e complexificada. Desse modo, uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do gênero para si mesmo possibilite também a emancipação do gênero mulher. (ANTUNES, 1995, p. 46)

Segundo o IBGE (2008), a pesquisa Mensal de Emprego, em janeiro de 2008 havia aproximadamente 9,4 milhões de mulheres trabalhando nas seis regiões metropolitanas de abrangência da pesquisa Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Este número significava 43,1% das mulheres com 10 anos ou mais de idade. Em 2003 esta proporção era de 40,1%. Segundo o IBGE,

No que se refere à forma de inserção no mercado de trabalho, elas também se encontravam em situação menos favorável, não sendo atingindo o percentual de 40% de mulheres trabalhando com carteira de trabalho assinada; já entre os homens esta proporção ficou próxima de 50,0%. A jornada de trabalho delas era de 40 horas semanais em média, e recebiam, habitualmente, R\$956,80 por mês. Esse rendimento correspondia a 71,3% do rendimento dos homens. Quando o contexto é mercado de trabalho, a maioria dos indicadores apresentados mostrou a mulher em condição menos adequada que a dos homens. Entretanto, estas estatísticas não são explicadas pela escolaridade, visto que, neste cenário, elas ocupam posição de destaque. Aproximadamente 60,0% das mulheres ocupadas tinham, pelo menos, a escolaridade referente ao ensino médio. Todavia, observou-se que as diferenças entre os rendimentos de homens e de mulheres eram maiores entre os mais escolarizados. A remuneração das mulheres com curso superior era, em média, 40% inferior a dos homens. (IBGE, 2008, p. 3)

Conforme IBGE (2008), nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre, as mulheres correspondem aproximadamente 43,1% das trabalhadoras com 10 anos ou mais de idade, ou seja, 9,4 milhões. Ainda assim, das mulheres que se inserem no mercado de trabalho, 40% não tem

carteira assinada, isso significa a precarização do trabalho e a negação dos direitos trabalhistas como: férias, 13º salário, horas extras, FGTS, aviso prévio, salário desemprego, previdência social e outros.

Afirma também o IBGE (2008), as mulheres que tem uma jornada de trabalho de 40 horas semanais em média, recebem uma remuneração aproximadamente 71,3% em relação ao homem. Já em relação à escolaridade, a mulher assume uma posição de destaque, vez que, aproximadamente 60% das mulheres ocupadas tinham pelo menos, a escolaridade do ensino médio, sendo que as mulheres com nível superior tem uma remuneração de 40% inferiores à do homem. Essa situação nos evidencia que a questão de “gênero” na perspectiva da mulher trabalhadora, a partir dos espaços institucionais, há uma prática de poder sexista e machista hierárquico que permanece reduzindo e oprimido os direitos iguais das mulheres.

2.1 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

Para Maria da Graça Druck (1999) a intensificação do ritmo da terceirização no Brasil, a partir dos anos noventa, está intimamente ligada à inserção do modelo japonês nas empresas brasileiras. De fato, podemos detectar que as políticas de qualidade total implementadas por diversas empresas estão intimamente ligadas ao tipo de gestão flexível utilizada a partir do modelo japonês. Virou “uma febre” a implementação de programas de qualidade por parte da maioria dos executivos das grandes empresas brasileiras. (DRUCK, 1999, p. 127).

No Brasil foi a partir de 1990 que a reestruturação produtiva⁴ ganhou força. Em que pese a reestruturação produtiva capitalista no mundo globalizado, iniciado pelos países desenvolvidos na década de 1980, no Brasil, assim como na maioria dos países em desenvolvimento, com uma economia retardatária em relação aos desenvolvidos, só começou a participar desse processo uma década depois.

⁴ **Reestruturação Produtiva** – também chamada de **capitalismo flexível** – é um processo que se iniciou na segunda metade do século XX e que correspondeu ao processo de flexibilização do trabalho na cadeia produtiva. Sua inserção no mundo capitalista está diretamente associada à Terceira Revolução Industrial – também chamada de Revolução Técnico-Científica Informacional – e ao processo de implementação do Neoliberalismo enquanto sistema econômico.

A reestruturação produtiva capitalista, baseada no processo de produção toyotista ocidentalizado, ligado à flexibilização de trabalho e contratos trabalhista, trouxe como resultado a precarização do trabalho. A procura por mão-de-obra qualificada e de baixo custo levou as empresas a contratarem os serviços prestados por pequenos negócios. Assim, teve início a chamada terceirização de serviços, processo onde as contratações, demissões e remunerações são relativamente flexíveis permitindo melhor adaptação no mercado de trabalho.

A terceirização, com maturidade e valorização deste conceito de interdependência, poderá caminhar favorecendo a transformação de megas empresas em centenas de médias e pequenas empresas, ajudando-nos a entender melhor a importância da cadeia produtiva, ligando o fornecimento de matérias primas ao consumidor final. Isso não significará desemprego, como se poderia pensar. Existe, isto sim, a possibilidade de geração de novos empregos e de trabalhadores que se sintam incentivados a abrir suas próprias empresas. (DRUCK, 1999, p. 131).

Portanto, a terceirização de serviços trouxe consequências para o mercado de trabalho, atingindo principalmente a mão de obra feminina, que, por um lado, impulsionou a profissionalização do trabalho, exigência extensiva à mulher, do outro, flexibilizando os direitos e desconstruindo valores. Por isso, podemos afirmar que foi justamente a partir da reestruturação produtiva, da flexibilização do trabalho, que tivemos um aumento do trabalho feminino, mas ao mesmo tempo uma degradação do mundo do trabalho.

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo de trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser. (ANTUNES, 2000, p. 23).

No caso específico do Brasil, o que se verifica nas últimas décadas é uma crescente participação do trabalho da mulher. Conforme pesquisa realizada pelo IBGE, em 2000 a força de trabalho no Brasil era representada por 48 milhões de mulheres. As mulheres estão chefiando domicílios e tem melhor escolaridade. Mas ainda tem seu rendimento 30% menor que os homens e quase que a maioria delas trabalha em atividades precárias de baixa qualificação e mal remuneradas. Essa é uma situação constatada na grande maioria dos países capitalistas, não somente no Brasil.

A entrada em massa das mulheres na força de trabalho durante o século XX, em extensão tão significativa que hoje elas já chegam a constituir maioria nos países de capitalismo avançado, não resultou em sua emancipação. Em vez disso, apareceu a tendência de generalizar para toda a força de trabalho a imposição dos salários mais baixos a que as mulheres sempre tiveram de se submeter. (MÉSZÁROS, 2004, p. 272).

Segundo a historiografia política Brasileira, a política neoliberal adotada pelo governo Collor de Melo (1990 – 1992), mantida por Itamar Franco (1992 – 1994) e consolidada por Fernando Henrique Cardoso-FHC (1995 -2002), é edificada a partir de uma concepção do estado mínimo com retiradas de direitos, ataque a organização sindical, abertura do mercado, terceirização da mão de obra, dentre outros; essa concepção e prática de regulamentação das relações de poder e de reestruturação das relações trabalhistas, trouxeram grandes prejuízos à classe trabalhadora. Esse período é marcado pela reestruturação produtiva e implementação de novas tecnologias. Muitas empresas nacionais fecharam por que os seus produtos não tiveram a capacidade competitiva dos produtos do mercado europeu, americano e oriental. Foram demissões em massa que impactaram diretamente nos sindicatos, que tiveram perdas de sócios e conseqüentemente perda de arrecadação financeira. A situação era cada vez mais difícil para as empresas brasileiras que foram engolidas pelas empresas multinacionais e transnacionais que começavam a implantar as suas novas tecnologias, reduzindo os postos de trabalho.

O outro campo de reação do capital foi a político-estatal, com o ataque generalizado ao welfare state e seu modelo de regulação social. É nesse quadro que a neoliberalismo – desde o pós-guerra relegado a insignificância política – ressurgiu e, com suas ideias a respeito do mercado, da concorrência e da diminuição do Estado, serve como um lubrificante teórico-ideológico para fazer funcionar esse contra-ataque do capitalismo em relação às conquistas dos trabalhadores. (NAVARRO, 1993, p. 157).

Para Magda Alves (2005), nos dias atuais, nesse estado de precarização do mundo do trabalho, a lógica fordista se torna residual, avançando o espírito do toyotismo enquanto momento predominante de reestruturação produtiva na era da mundialização do capital. (ALVES, 2005, p. 29). Para Harvey (2004) isso significa que “a acumulação rígida vai cedendo lugar a acumulação flexível” (HARVEY, 2004, p. 135).

Compreendendo a citação acima, os trabalhadores/as que voltam ao mercado de trabalho já não retornam pela empresa principal, são contratados indiretos por empreiteiras e subempreiteiras prestadoras de serviços, as vezes por cooperativas de prestação de serviços.

Esses são chamados de terceirizados, quarteirizados e quinteirizados, contratados em regime flexível que permite a redução e retiradas de direitos garantidos na Consolidação das Leis Trabalhista-CLT, chegando a reduzir os seus salários em até 1/3 exercendo a mesma função em relação ao trabalhador/a da empresa principal, além de retirar os demais direitos como a assistência médica e odontológica, direitos previdenciários, o não pagamento das horas extras transformando-as em banco de horas (folgas combinadas) e outros.

2.2 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO

Diante das informações, desde o século passado até os dias atuais os trabalhadores/as das empresas terceirizadas no mundo do trabalho estão em uma espécie de subemprego sob uma condição perversa e de segregação. É um sistema flexível com as piores condições de trabalho (contratos temporários, em tempo parcial, longas jornadas, maior vulnerabilidade a acidentes e doenças do trabalho), e não raros contratos informais, que burlam a legislação trabalhista e os deixam na mão quando mais precisam de amparo. Situação essa que precariza a força de trabalho do operariado que está psicologicamente afetado e com a sua autoestima baixa, vez que, esse se sente discriminado pelo seu colega contratado direto pela empresa principal que mais se beneficia com o seu trabalho, não tendo eles também nenhuma perspectiva de crescimento na empresa.

Assim, essa condição de trabalho que é oferecido ao trabalhador/a precarizado/a, impede que ele tenha uma qualidade de vida melhor para si e sua família. Situação essa que cria pânico, aumentando o risco de acidente no local de trabalho, insegurança dentro e fora da empresa, podendo levá-lo a praticar crimes e suicídio, uma ameaça para a sociedade. Dessa forma, a terceirização acentua a desigualdade entre trabalhadores/as.

A periferia da força de trabalho compreende dois subgrupos diferenciados: o primeiro consiste em “empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado”. Esse subgrupo tende a se caracterizar por uma alta rotatividade no trabalho. O segundo grupo situado na periferia “oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídio público, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico”. Este segmento tem crescido significativamente nos últimos anos. (HARVEY, 1992, p. 144).

Para Antunes (2000), paralelamente a esta tendência, outras devem ser consideradas dada a desqualificação de inúmeros setores do operariado, atingidos por uma gama diversa de transformações: de um lado, à desespecialização do operário industrial oriundo do fordismo e, por outro, as condições de empregabilidade da massa de trabalhadores, que oscila entre os temporários (que não têm nenhuma garantia no emprego), aos parciais (integrados precariamente às empresas), aos subcontratados, terceirizados (embora se saiba que há, também, terceirização em segmentos ultraqualificados), aos trabalhadores da economia informal, enfim, “a este enorme contingente que chega até a faixa de 50% da população trabalhadora dos países avançados, quando nele se incluem também os desempregados, subproletariado moderno”. (ANTUNES, 2000, p. 60).

Segundo as informações de Antunes (2000), a partir da década de 1970, a hegemonia do modelo capitalista sob o estancado projeto de desenvolvimento dos países socialistas marcou uma nova fase da política internacional. Com o passar do tempo, o novo compasso das empresas e mercados forçou um novo momento dos moldes de orientação política do Estado para com a sua economia. A precisão de crescimento constante passou a conviver com a elaboração de formas de se conter um possível esgotamento da economia mundial. Ainda assim, surgiram os primeiros teóricos da doutrina neoliberal. Para esses modernos pensadores da economia, um governo só pode manter o equilíbrio dos preços do mercado interno fazendo uso de mecanismos de equilíbrio financeiro e monetário, aliada a políticas que domine os índices de inflação e poupe as reservas cambiais do país. As liberdades de mercado continuam, mas os chefes da política devem reprimir os abusos do capital especulativo e dos grandes monopólios.

Para Friedrich August Von Hayek (1987) patrono de todo o pensamento neoliberal⁵ contemporâneo, se faz necessário combater o planejamento, a intervenção do Estado na economia, à ação dos sindicatos e organizações sociais. Segundo Hayek, “essa ação política abre caminho para o totalitarismo político e provoca desastres econômicos, uma vez que

⁵ **Pensamento neoliberal ou Neoliberalismo** é o ressurgimento de ideias associadas ao liberalismo econômico *laissez-faire* que teve início nas décadas de 1970 e 1980. Os seus apoiantes defendem uma extensa liberalização econômica, livre comércio e a redução da despesa pública como forma de reforçar o papel do setor privado na economia.

emperra o bom funcionamento da economia de mercado, da competição criadora”. (HAYEK, 1987, p.186).

Ainda Hayek (1987), entre as décadas de 1970 e 1980, os primeiros governos neoliberais ganharam espaço no cenário político internacional. Ronald Reagan, nos Estados Unidos; Margaret Thatcher, no Reino Unido; e Helmut Kohl, na Alemanha são considerados os primeiros amplos exploradores desse modelo de desenvolvimento. Em seguida, outras nações menos desenvolvidas, como Brasil e Argentina, adotaram conceitos em favor desse novo padrão. Ainda, no caso dos países subdesenvolvidos, a implantação do modelo neoliberal teve como maior revelação à onda de privatizações que abrangeram as empresas estatais, argumentando que tal atuação acenderia inevitável melhoria de alguns serviços essenciais, o governo concretizava a negociação dessas empresas para algum grupo econômico ou investidor particular. Apesar disso, ainda vemos que a redução das empresas públicas não foi acompanhada por um benefício proporcional. Para tanto, o padrão neoliberal acompanhado da globalização teve como uma das principais consequências, a terceirização dos serviços precarizando a mão de obra.

Nos séculos XX e XXI os economistas neoliberais passaram a defender a ideia de que o crescimento e o desenvolvimento dependiam da competitividade do mercado. A partir daí, a maximização da concorrência à licença para os princípios de mercado de trabalho permearam todos os aspectos da vida, conformando uma nova classe social mundial, nova emergente em formação “o precariado”.

Para o economista inglês Guy Standing (2003), trata de um novo grupo no mundo do trabalho, uma classe em formação: o precariado⁶ (precarizados + operários). A nova classe perigosa, são características de um novo grupo político e socioeconômico de uma nova ordem social global que responde aos anseios dos indivíduos dessa nova classe, que não se sentem ancorados em uma vida de garantias trabalhistas, não possuem empregos permanentes e muitas vezes nem sequer sabem que integram a classe dos precariados.

⁶ **Precariado** - um novo grupo no mundo do trabalho, uma classe em formação: o precariado (precarizados + operários). Considerado por Guy Standing (2003) como uma nova classe perigosa, com características de um novo grupo político e socioeconômico de uma nova ordem social global que responde aos anseios dos indivíduos dessa nova classe.

Para Standing;

O precariado não faz parte do proletariado. Não é a classe trabalhadora, a classe média ou os informais. Podem ser definidos como aqueles que possuem uma existência precária, pouca perspectiva de futuro devido à instabilidade econômica, fracos laços comunitários e sem amparo social estatal. (STANDING, 2003, p. 25).

Para Ruy Braga (2012), o precariado é formado por aquilo que Marx chamou de superpopulação relativa, que compreende as populações flutuante, composta por trabalhadores\as, ora atraídos, ora repelidos pelas empresas, latente, formada por jovens e trabalhadores\as não industriais à espera de uma oportunidade para estabelecer-se na indústria, e estagnada, composta por trabalhadores\as que ocupam funções deterioradas e mal pagas. (BRAGA, 2012, p. 263).

Conforme Standing (2003), é preciso lembrar que o precariado não compreende somente vítimas; alguns entram no precariado porque não querem as alternativas disponíveis, alguns porque ele se adapta às suas circunstâncias particulares do momento. Em suma, existem variedades de precariado.

Logo no início da globalização, tornou-se evidente que as mulheres estavam ocupando uma proporção cada vez maior de todos os empregos, em uma tendência global para a feminização do trabalho (STANDING, 1989, 1999a). Existe alguma investida de uma feminização em uma acepção dupla de que as mulheres permaneçam em empregos e de mais empregos constituírem tipo flexível, tipicamente ocupados por mulheres. A tendência influencia na informalização do emprego, no aumento dos serviços e na utilização de jovens mulheres em todos os lugares a fim de que fossem melhorando a sua renda ou condições de trabalho. De fato, o salário com base no gênero e os diferenciais da renda social continuaram díspares, mesmo que melhorando discretamente em algumas partes do mundo. São mulheres e jovens em sociedades onde elas estão lutando para conseguir um espaço de igualdade e diferença, onde há um aumento da esperança de vida que prolonga a juventude até os quarenta. Existe uma suposição da “recessão masculina” e a “feminização do trabalho”. Com ela, as mulheres enfrentam agora uma tripla jornada: o emprego, a própria casa envolvendo os filhos e o cuidado com os idosos da família em seu tempo livre.

A redução da discriminação e dos diferenciais salariais baseados em gênero tornaram-se objetivos prioritários, enquanto a redução das desigualdades estruturais

foi marginalizada. Algumas medidas destinadas a melhorar a equidade social até acentuaram a desigualdade. A falta de uma agenda igualitária significava que os beneficiários das leis contra a discriminação eram principalmente as mulheres com vantagens posicionais, não as mulheres em segmentos menos favorecidos da sociedade. (STANDING, 2003, p.117)

A diversidade de gênero é uma herança cultural que tem nutrido um precariado de gênero, em que as mulheres estão agrupadas em postos de trabalho temporários, de baixa produtividade, derivando em um dos maiores diferenciais salariais entre homens e mulheres no mundo industrializado. Significa que uma causa ou decorrência, o papel das mulheres vem aumentado de tamanho significativamente no mercado de trabalho coincidindo com o crescimento do precariado. Elas tomam uma parcela desproporcional de empregos precários, com mais tendência a terem contratos de curto prazo ou ficarem sem contrato algum. Situação que acontece em diversos países da Europa, da América do Norte, do Oriente e outros.

Embora os sindicatos não o compreendam direito, o precariado existe e tem suas próprias características, ainda que seja apenas porque lê sua realidade de forma diferente. A inversão involuntária de papéis é mais reiterado, no entanto, em cada recessão consecutiva, o desemprego masculino cresceu mais do que o desemprego feminino e a participação das mulheres em postos de trabalho aumentou. Ironicamente, o avanço da participação “pública” das mulheres na economia tem sido acompanhado por um medo crescente de fracasso devido a múltiplas maneiras de precariedade.

Os ganhos no acesso aos empregos são reais. Porém, eles foram obtidos a um preço, pago em grande parte por mulheres, mas também, em certa medida, pelos homens. A maioria dos empregos é de tempo parcial, temporário ou estaque, sem perspectiva de desenvolvimento profissional. No entanto, os governos estão pressionando as mulheres ocupá-los. (STANDING, 2003, p. 119).

Assim, seguindo o que diz os autores acima citados, a nova classe que se forma que ele denomina de “precariado”, pode se transformar no século XXI em uma classe social esperançosa que resgate a autoestima do operariado garantindo-lhe que os seus direitos sejam respeitados a fim de assegurar uma qualidade de vida melhor para si e sua família.

CAPÍTULO 3 - A MULHER NO MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL

Segundo as análises e dados das pesquisas apresentados nos capítulos anteriores, no Brasil houve, a partir da década de 80, um crescimento significativo da presença da mulher no movimento sindical, isso significa a sua maior inserção no mercado de trabalho formal. Este crescimento acompanhou proporcionalmente as taxas de sindicalização da mulher, o que evidenciou a importância da mulher como força do trabalho na indústria química e a sua disposição em ingressar no mundo do trabalho com participação sindical. Só que a participação da mulher na direção do movimento sindical é proporcionalmente inversa ao crescimento delas no mercado de trabalho e na filiação sindical. Como lembra Araújo e Ferreira,

Sob a influência do debate feminista, que denunciava a discriminação das mulheres no mercado de trabalho, os sindicatos buscaram incentivar a participação das mulheres através da realização dos primeiros Congressos de Trabalhadoras que ocorreram no final dos anos 70. Estas iniciativas inseriam-se no conjunto de práticas desenvolvidas pelos sindicatos com o objetivo de ampliar a sua representatividade estabelecer uma relação mais próxima com suas bases. As mulheres foram chamadas a participar do sindicato enquanto parte do conjunto de trabalhadores, ou ainda para reforçar a luta dos homens. A problemática específica de gênero, no entanto, foi levantada pelas trabalhadoras nos grupos de discussão, extrapolando os objetivos iniciais das direções sindicais. As trabalhadoras discutiram também a importância de ampliar a sindicalização feminina e exigiram maior visibilidade para poderem ser incluídas no exercício da representação sindical. (ARAÚJO, FERREIRA, 2001, p. 110).

Para Helena Hirata (2006) a democratização da sociedade brasileira e o fim da ditadura militar, que proporcionou a estruturação e o desenvolvimento de um movimento sindical autônomo a partir da segunda metade dos anos 1970, permitiu a feliz conjunção entre “novo sindicalismo⁷” e movimento feminista emergente.

⁷ O **novo sindicalismo** surge no final da década de 1970, especialmente através das greves no ABC paulista. Promovendo a organização de trabalhadores do campo e da cidade, o novo sindicalismo transformou-se em um importante ator no processo político brasileiro, incorporando nas lutas sindicais, especialmente as de cunho político mais amplo, contingentes de trabalhadores/as que até então estavam alijados do processo político. Dentre os desdobramentos dessa nova postura sindical destaca-se a organização, em 1993, de uma central sindical que atuaria em nível nacional, a Central Única dos Trabalhadores\as – CUT, construída à revelia da estrutura sindical oficial.

Trazendo para o espaço sindical, conforme pesquisa realizada em campo, Esmeraldo (1998) retrata a realidade da divisão sexual do trabalho, das formas diferenciadas de exploração que as mulheres estão submetidas no chão de fábrica. Historicamente, a mulher traz as marcas da cultura patriarcal e machista, visibilizando uma situação de opressão e discriminação que já sofrem nos espaços das relações sociais, na vida doméstica e nos espaços públicos, principalmente nos espaços institucionalizados. Apesar desse histórico de opressão e discriminação, as mulheres, através de suas lutas, apresentaram novas reivindicações nos espaços da política, do mesmo modo, apontaram a necessidade de construção de novas formas de ação e intervenção capazes de chamar a atenção para suas causas e suas conquistas.

Na realidade dos trabalhadores/as da indústria química, as mulheres tiveram uma atuação fundamental ao manter constantemente a categoria ciente das suas condições de exploração e opressão. Elas denunciavam essas condições nos jornais sindicais e nos espaços próprios de organização. Dessa forma, a mulher iniciava o desafio de incorporar e imprimir no mundo fabril e no espaço sindical a realidade no mundo do trabalho das mulheres, o reconhecimento das diferenças que caracterizam a divisão sexual do trabalho, de seus interesses como trabalhadora e mulher, e também o reconhecimento formal de suas lutas.

Afirmando o que disseram as autoras acima citada, Hirata e Esmeraldo, às mulheres passaram a buscar os sindicatos como um veículo de representação dos seus interesses, na luta contra as desigualdades existentes. A participação da mulher na representatividade sindical fez aumentar o número de reivindicações, passando a ser específica dentro das campanhas salariais, dando destaque a proteção à maternidade, igualdade de oportunidades e salários, além de buscar a proteção contra os frequentes assédios sexuais e morais. O que estava ganhando visibilidade nessas lutas era a mais incessante busca por normas igualitárias entre homens e mulheres no mundo do trabalho.

No entanto, o crescimento significativo da participação da mulher na organização sindical não alterou a posição desvantajosa em que ela ocupa no mercado de trabalho, uma vez que ainda hoje nos locais de trabalho a discriminação sexista, a hierarquia machista e patriarcal é manifestada na segregação das mulheres na maioria dos espaços do mercado de trabalho. Assim sendo, a sua alocação, até os dias atuais, é sobremaneira direcionado a

funções mal remuneradas, o que ocasiona uma desigualdade salarial. Com isso, é inevitável a dificuldade de acesso às promoções dentro da empresa para as mulheres, sem contar as inúmeras injúrias experimentadas, tais como brutalidade das chefias, assédio moral e sexual a que são submetidas. De acordo com Vera Soares (1994),

O movimento de mulheres que apareceu durante os anos 70 rompe com a tradição, na qual as mulheres manifestavam publicamente valores tradicionais e conservadores, como ocorreu com a Marcha da Família com Deus e propriedade, precedendo o golpe militar. (...) Trouxe uma nova versão da mulher brasileira, que vai às ruas na defesa de seus direitos e necessidades e que realiza enormes manifestações de denúncia de suas desigualdades. (VERA SOARES, 1994, p.13).

Observa-se que conforme o que dizem alguns/algumas autores/as nos capítulos anteriores, as raízes culturais patriarcais perfizeram a nossa história, como também a dominação hierárquica do machismo valorado pelo autoritarismo e a exclusão, o que afeta diretamente todos os âmbitos de convivência, quer seja familiar, social, profissional, político e até sindical.

De acordo com Reina,

A posição ocupada por mulheres trabalhadoras em cargos de direção nas empresas e no sindicato se constituía em uma raridade, no contexto histórico e conjuntural daquela época, 1980, por conta das relações hierárquicas de dominação neoliberal capitalista, que restringiam e ainda restringem e limitam as possibilidades de acesso às ocupações funcionais e aos cargos de direção nas estruturas do Estado, nos sindicatos e nas empresas. (REINA, 2012, p.10)

Historicamente, o movimento feminista tem mostrado que a inserção da mulher no mundo do trabalho implica em militância política direta para a conscientização das mulheres. Isso para que possam conquistar novos valores, novas formas de enfrentamento dos problemas da vida doméstica, novos espaços de mercado de trabalho e equidade salarial. Essas conquistas tem por finalidade criar espaços de decisão e intervenção nas instituições e organizações públicas e privadas, promovendo o reconhecimento e a valorização da participação da mulher no mundo do trabalho, bem como nos espaços sociais, políticos e sindicais. Entretanto, segundo Sinclair,

A tradicional dominação masculina dos sindicatos e as formas resultantes de organização sindical que têm sido desenvolvidas pelos homens podem, talvez, ter levado à percepção das mulheres trabalhadoras de que os sindicatos não correspondem aos seus interesses. (SINCLAIR, 1996, p. 250).

Em relação ao Brasil, não se pode afirmar que a participação das mulheres no movimento sindical é algo novo. As mulheres sempre foram protagonistas das lutas da classe operária no mundo do trabalho e fazem questão de compartilhar esta realidade de lutas. Elas não se constituem seres individualistas e exclusivistas. Suas lutas consistem na igualdade de oportunidade, uma vez que o direito contempla o cidadão brasileiro e não o gênero sexual a que pertence. Apesar das conquistas e avanços da luta política das mulheres, historicamente o sindicato sempre se revelou um espaço de difícil acesso a elas, bem como todos os espaços institucionais, por exemplo, o Parlamento.

3.1 A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA BASE PRODUTIVA E COMO SÓCIA DO SINDICATO DOS QUÍMICOS DA BAHIA

Este subcapítulo tem como objetivo elucidar a baixa representação da mulher na direção do sindicato dos trabalhadores/as dos químicos do Estado da Bahia. Para isso, foram realizadas duas entrevistas, uma com um diretor e a outra com uma diretora, com a finalidade de coletar os dados referentes aos números da representação da mulher na sua base produtiva, bem como a representação das sócias do sindicato. Essas informações serão apresentadas em gráficos a fim de esclarecer que as proporcionalidades das representações das mulheres trabalhadoras nas suas bases produtivas e como sócias não estão contempladas proporcionalmente em sua dimensão na direção do sindicato.

Segundo o nosso entrevistado, Gildásio Ribeiro, 58 anos, Diretor da Confederação Nacional dos Químicos, em entrevista concedida no dia 15 de Janeiro de 2014, disse: “Essas novas contratações com carteira assinada nas indústrias químicas e petroquímicas, a partir do ano de 2003 até 2010, geraram um incremento na base de representação da categoria. Por outro lado, entre 2010 a 2014, houve um crescimento muito tímido quando apenas 300 trabalhadores (as) foram contratados/as. Esse baixo crescimento deve-se a fusão de várias empresas ligadas a grandes conglomerados econômicos como Dow Química, Braskem, e Unigel que realizaram vários Programas de Demissões Voluntárias-PDV. Nesse período de 2014, a categoria está estimada no total de aproximadamente 5.800 trabalhadores/as diretos, estimado em 4.300 homens e 1.500 mulheres. Dentro dessa categoria, existi na base de

produção aproximadamente 3.010 sindicalizados/as, sendo 1.005 associadas e 2.005 associados.

Em relação à representação da mulher no espaço sindical, Esmeraldo (1998) destaca muito bem quando diz que:

As mulheres estão a redimensionar as formas de fazer política, de exercer o poder, com vistas ao rompimento das hierarquias de poder (historicamente masculinas) e buscando dar novos significados à organização sindical. As mulheres dirigentes estão a considerar as diferenças entre os gêneros e a construir novas posturas voltadas para propiciar a adesão de um novo sujeito político no espaço sindical – a mulher trabalhadora. (ESMERALDO, 1998, p. 181)

Sobre a participação da mulher na base produtiva, o gráfico abaixo revela que há uma inserção significativa das mulheres no processo produtivo no ano de 2014. São 26% de mulheres trabalhadoras e 74% de homens trabalhadores na base produtiva.

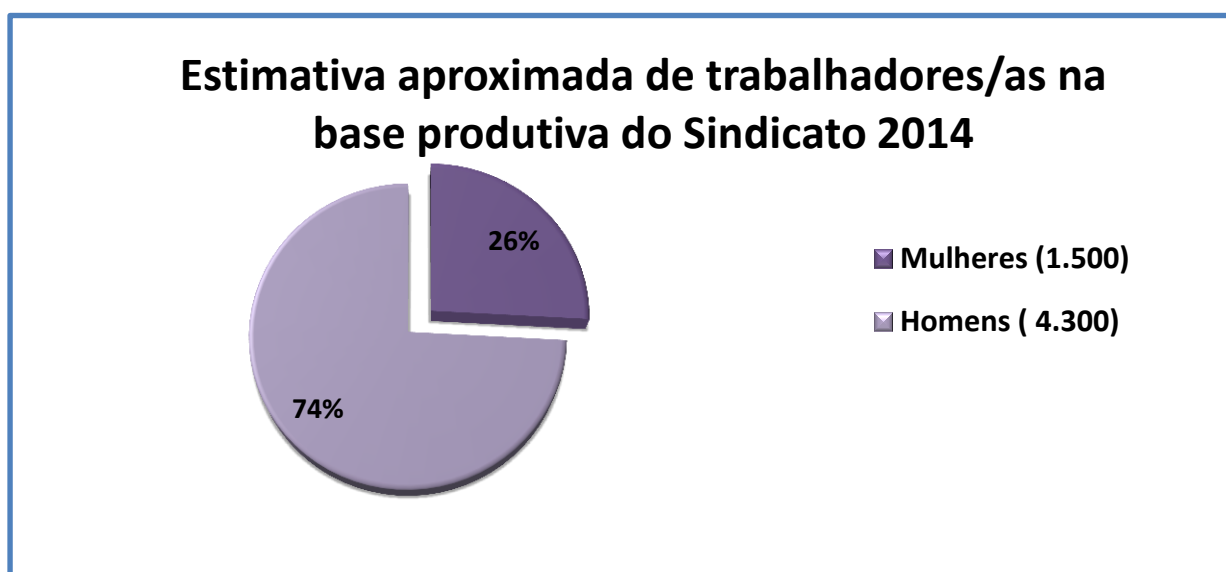


Figura1: Representatividade aproximada do total de trabalhadores/as na base produtiva da indústria Química
Fonte: Entrevista realizada em 15.01.2014

O gráfico a seguir mostra uma estimativa aproximada dos trabalhadores/as sócios/as do sindicato:

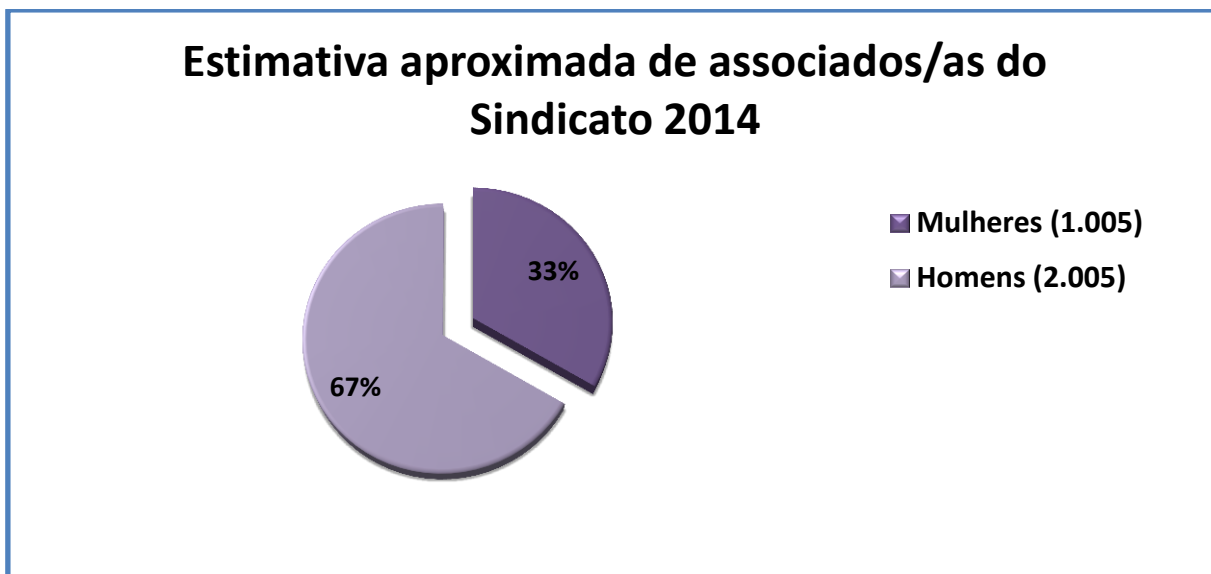


Figura 2: Representatividade aproximada dos associados/as no Sindicato.

Fonte: Entrevista realizada em 15.01.2014

Conforme os gráficos acima, fica evidenciado que, em 2014, existe uma participação expressiva das mulheres na base produtiva e como associadas no sindicato. Entretanto, essa representatividade na direção do sindicato não corresponde a sua realidade ao percentual de trabalhadoras e associadas apresentada no gráfico. O número significativo de mulheres sindicalizadas, apesar de bem abaixo de homens sindicalizados, não corresponde numericamente a sua ocupação em funções estratégicas, como cargos de direção no sindicato, reproduzindo assim a discriminação de gênero na perspectiva da mulher. A distorção entre o quadro de associadas e o número de mulheres que ocupam funções de direção caracteriza o exclusão das mulheres nos espaços de decisão, do poder sindical. Essa disproporcionalidade do número de trabalhadoras e sindicalizadas nessas esferas de poder serão analisadas logo abaixo.

3.2 A REPRESENTAÇÃO DA MULHER POR SEGMENTO NA BASE PRODUTIVA DA INDÚSTRIA QUÍMICA

Os dados anteriores apresentados nos gráficos mostram que há por parte das mulheres, como trabalhadoras e sindicalizadas, uma participação significativa das mulheres nesses espaços de luta que não refletem e não se traduzem na composição da direção do sindicato. Assim, devem-se levar em consideração as distribuições dos sócios/as, considerando as

estimativas através das seguintes representações por segmentos de produção conforme aos gráficos abaixo:

1 - Indústrias petroquímicas instaladas no polo petroquímico de Camaçari e Candeias. Nesse setor produtivo há uma representação aproximada de 1.500 sócios sendo, 1.350 associados e 150 associadas. Como podemos verificar, o número de mulheres sindicalizadas é muito baixo. Isso pode ser explicado pela própria natureza das atividades que requer mais qualificação e salários melhores, e a força de trabalho masculina contratada é bem maior nesse setor do que a feminina, já que são atividades fabris consideradas, em geral, como sendo apropriadas para homens e não para mulheres.

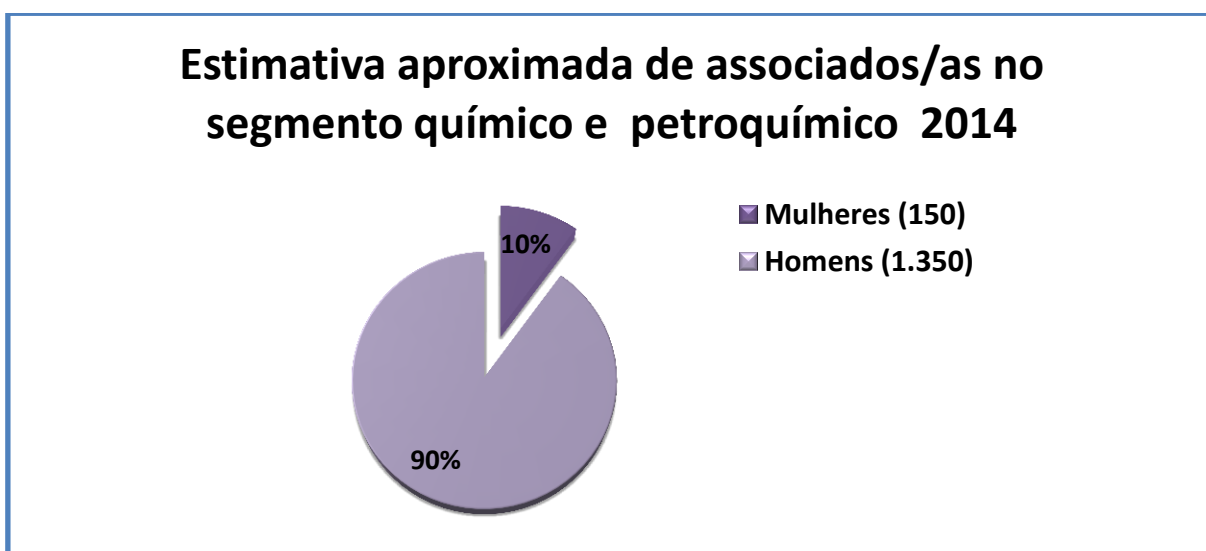


Figura 3: Representatividade aproximada dos associados/as no segmento químico e petroquímico

Fonte: Entrevista realizada em 15.01.201

2 - Indústrias plásticas instaladas nos municípios de Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho, Feira de Santana, Itabuna e Vitória da Conquista. Nessas indústrias há uma representação aproximada de 1.000 sócios, sendo 800 associadas e 200 associados. Ainda no segmento plástico, ressalta-se a presença maior da mulher, existindo relevante absorção da mão de obra feminina na produção de sacos, sacolas, brinquedos, seringas descartáveis e outros. A indústria do setor plástico tem dificuldades em organizar e filiar os trabalhadores/as, por ser uma mão de obra que não exige qualificação e de salários baixos. Uma vez que é um setor sazonal com bastante rotatividade da mão de obra. Esses fatores contribuem com muita demissão, consequentemente causando “terror” entre os trabalhadores/as que temem se filiar ao sindicato.

Estimativa aproximada de associados/as no segmento plástico 2014

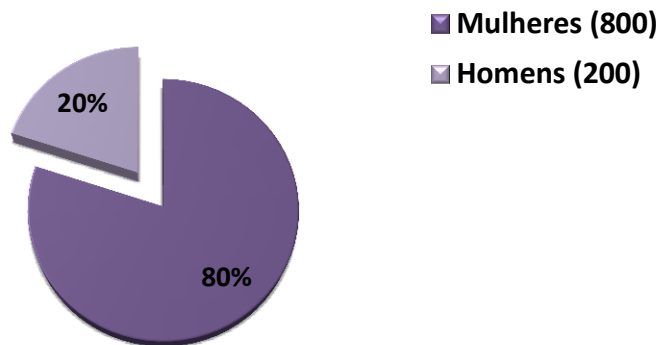


Figura 4: Representatividade aproximada dos associados/as no segmento plástico

Fonte: Entrevista realizada em 15.01.2014

3 - Indústrias de fertilizantes instaladas nos municípios de Camaçari, Candeias e Luiz Eduardo Magalhães. Aqui há uma representação aproximada de 250 sócios, tendo 235 associados e 15 associadas. Vale ressaltar que este segmento tem uma grande concentração de indústrias na região do oeste baiano por ser considerado o “polo de grãos”, como consequência da forte presença do agronegócio nessa região que demanda a utilização de bastante fertilizante. Esse segmento tem poucas associadas por ser um sistema de produção que exige muito esforço físico, entretanto, com baixa qualificação da mão de obra. É uma produção sazonal com uma rotatividade muito grande de admissão e demissão dificultando assim a manutenção das filiações e do ingresso da força de trabalho feminina.

Estimativa aproximada de associados/as no segmento de fertilizante 2014

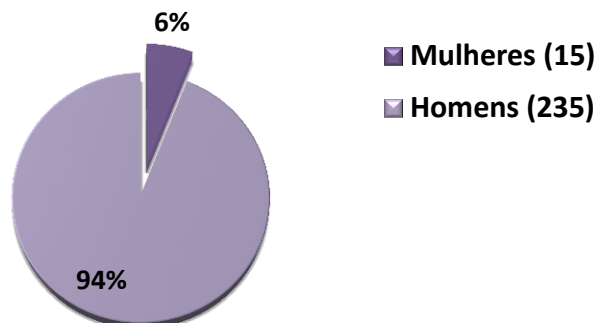


Figura 5: Representatividade aproximada dos associados/as no segmento de fertilizante

Fonte: Entrevista realizada em 15.01.2014

4 - Indústria química de produtos acabados, instaladas no Centro Industrial de Aratu município de Simões Filho e São Sebastião do Passé. Nesse setor há uma representação aproximada de 260 sócios, tendo 220 associados e 40 associadas. Quadro que não difere das condições das indústrias citadas acima.

Estimativa aproximada de associados/as no segmento químico de produtos acabados 2014

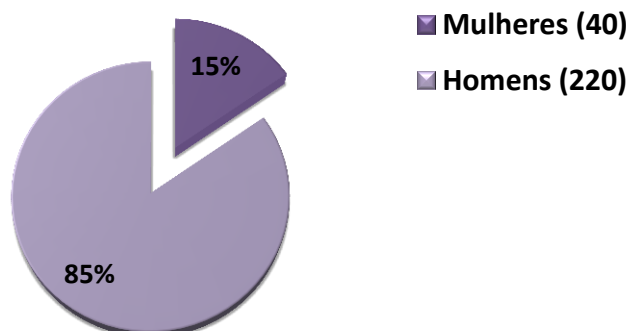


Figura 6: Representatividade aproximada dos associados/as no segmento químico de produtos acabados.

Fonte: Entrevista realizada em 15.01.2014

Os gráficos supracitados acima mostram que a representação sindical das mulheres por segmento produtivo está, de certo modo, representada pela sua ocupação profissional, permitindo assim que a representação como sócia do sindicato esteja, minimamente, garantida nesses espaços. Entretanto, os gráficos revelam que a baixa sindicalização das mulheres corresponde àquelas atividades em que são excluídas por motivos como: qualificação, esforço físico, melhores salários etc., enquanto os altos índices de sindicalização das mulheres correspondem as atividades consideradas próprias para as mulheres. Ou seja, temos aí uma apresentação daquilo que os analistas sociais denominam como divisão sexual do trabalho.

O gráfico a seguir apresenta uma estimativa do número aproximado da representação dos/as associados/as segundo os segmentos da base produtiva do Sindicato:

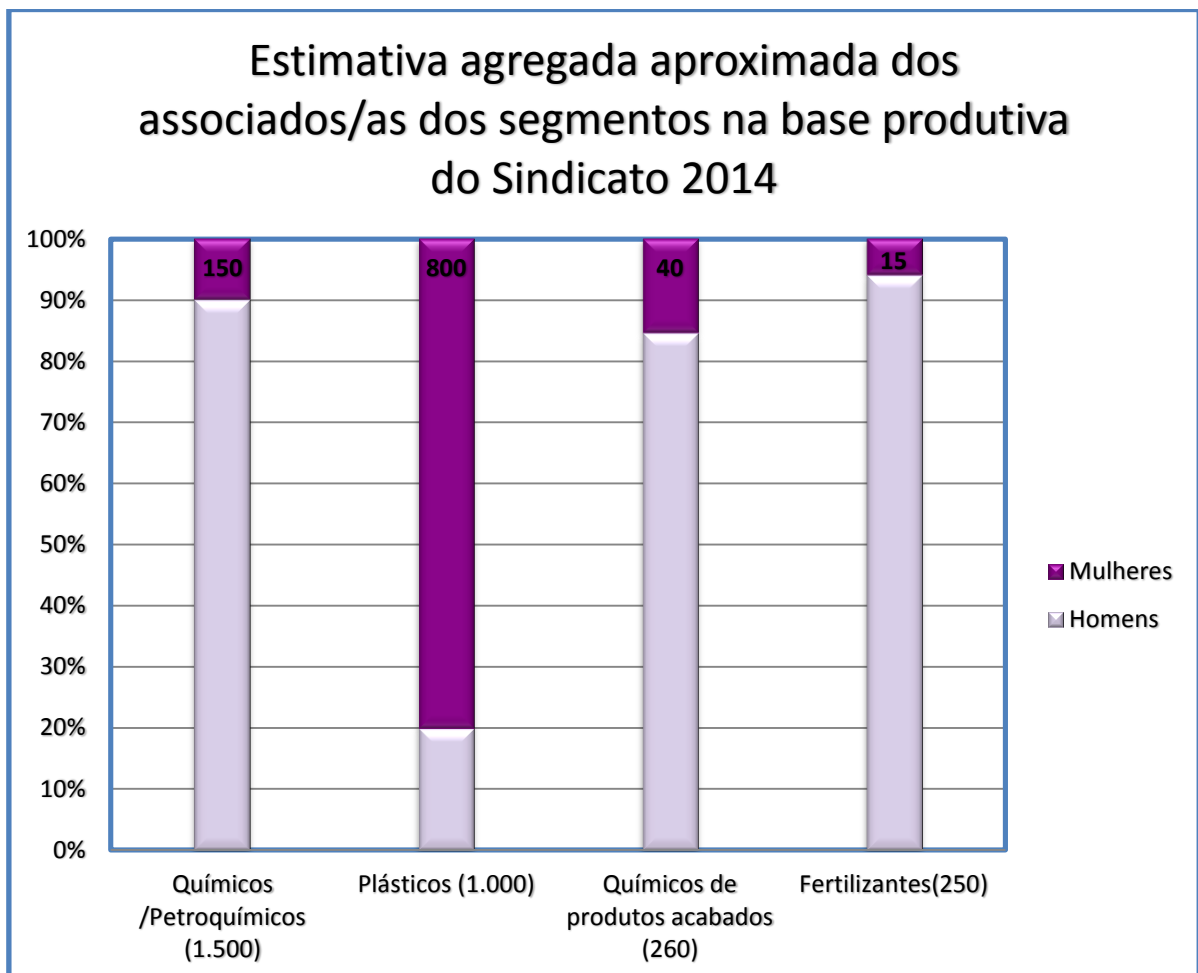


Figura 7: Representatividade aproximada agregada dos associados/as nos segmentos da base produtiva do Sindicato.

Fonte: Entrevista realizada em 15.01.2014

Segundo Marilane Teixeira, economista da Confederação Nacional dos Químicos, a respeito da participação sindical das mulheres, afirma:

É no final dos anos de 1980 que o debate sobre a participação das mulheres nas estruturas de direção ganha destaque. Até então se tratava de uma realidade pouco percebida, a quase ausência das mulheres nos espaços de poder sindical. Neste período as mulheres dirigentes chamavam a atenção justamente por serem exceções à regra de predominância masculina nesses espaços. Além disso, era visível que as condições de participação se diferenciavam para homens e mulheres, com desvantagens para as mulheres. (TEIXEIRA, 1998, p. 14)

Os gráficos acima mostram que há uma participação efetiva das mulheres como sócias nos diversos segmentos da base produtiva do sindicato, apesar das variações de número de sindicalizadas por segmentos produtivos. Diante desse quadro onde o número de sindicalizadas muda conforme as atividades produtivas, é importante se questionar sobre a inserção delas na direção do sindicato, representando justamente aqueles segmentos onde são maiorias. Por outro lado, também questionamos o fato da distorção do número de mulheres sindicalizadas e como força de trabalho em relação a representação na direção sindical. O que estamos analisando é a sua legítima participação na direção do sindicato, bem como a sua representatividade nos cargos de decisão do sindicato, respeitando assim a sua dimensão enquanto atoras sociais.

Para compreender essas distorções e discriminações no quadro institucional do sindicato, vamos, a partir do capítulo seguinte, analisar e confirmar as discrepâncias dessa realidade.

3.3 A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NO ESPAÇO DO SINDICATO

Os dados apresentados neste capítulo III nos mostraram que a categoria no ano de 2014 teve uma estimativa aproximada de 1.500 trabalhadoras nas fábricas correspondentes a 25,86% do total de 5.800 empregados/as, e de aproximadamente 1.005 sócias, correspondente a 33,38% do total de 3.010 associados/as. Esses dados revelam que a representação da mulher na composição da direção do sindicato é inversamente proporcional a sua dimensão quando comparados ao seu considerável índice de representatividade como sócias (nº de associadas) e como trabalhadoras no chão das fábricas.

Sendo assim, nesse capítulo daremos sequência a apresentação dos gráficos com os resultados da pesquisa de campo realizada com as mulheres trabalhadoras do Sindiquímica. Essa pesquisa aponta a baixa participação da representação da mulher no espaço decisório do sindicato. Em primeiro lugar, ressalto que as cotas de gênero aprovadas em congressos não são respeitadas no espaço sindical. Em segundo lugar, nos cargos de decisão política e nas instâncias de poder dessa instituição sindical não há a participação das mulheres. Esses resultados confirmam a análise de que o sexismo, a cultura machista e patriarcal ainda dominam esse ambiente que segrega a mulher nos espaços de poder. Como bem afirmam Araújo e Ferreira:

O crescimento da sindicalização não se manteve na década seguinte na mesma proporção da participação das mulheres na força de trabalho, nem significou um aumento qualitativo da participação feminina nas atividades sindicais. Do mesmo modo, elas continuaram sub-representadas (quando não totalmente excluídas) das posições de liderança e de poder tanto nos sindicatos quanto nas organizações federativas de âmbito regional ou nacional. (ARAÚJO; FERREIRA, 2001, p. 6)

Conforme o período de realização da pesquisa, a direção do Sindiquímica tem uma composição de 90 diretores/as, sendo, 07 mulheres (7,8%) e 83 homens (92,2%) conforme o gráfico a seguir:

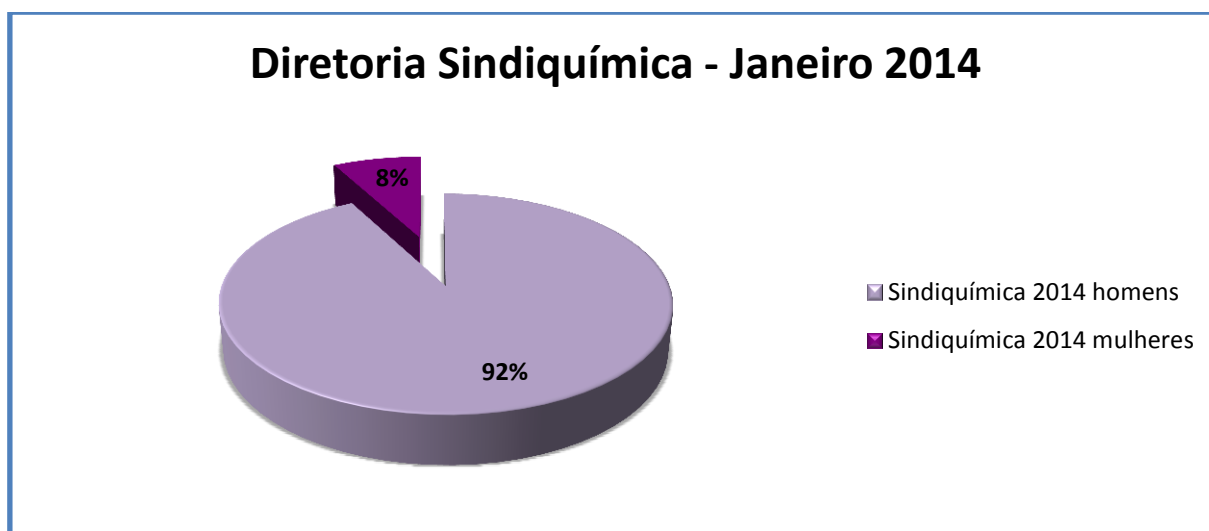


Figura 8: Quantitativo da Diretoria do Sindiquímica – Estimativa Janeiro de 2014.

Fonte: Site do Sindiquímica: www.sindiquimica.org.

De acordo com os dados do Sindiquímica (2013), fica evidenciado a segregação a qual as mulheres são vítimas na direção do sindicato. O comportamento machista e patriarcal é o

seu principal algoz. Tal situação nos provoca muito mais do que uma inquietação, mas um questionamento em relação às práticas hierárquicas que dominam os espaços de poder do sindicato, e em relação a realidade no mundo do trabalho que ignoram a legitimidade das questões relacionadas ao gênero na perspectiva da mulher.

Tomando como indicador os 26% que representa aproximadamente as 1.500 mulheres existentes na base produtiva da categoria, a representação da mulher na direção do sindicato deve ser de 23 mulheres. Se utilizarmos como indicador os 33% que representa aproximadamente as associadas existentes na base produtiva da categoria, a representação da mulher na direção do sindicato deve ser de 30 mulheres (dados obtidos no site: www.sindiquimica.org). E se utilizarmos a cota mínima de 30% de gênero no cargo de direção aprovada na VI plenária da Central Única dos Trabalhadores/as-CUT realizada em agosto de 1993 e referendada no congresso do ano de 2013 (dados obtidos no site: www.cut.org.br), essa representação da mulher na direção do sindicato deve ser de 27 mulheres. Ou seja, confirmando a posição da CUT, os autores explicam:

A proposta pela CUT das cotas de 30% de mulheres, nos postos diretivos renovou a discussão das assimetrias de gênero mostrando que a ampliação da participação das mulheres nos sindicatos não estava sendo acompanhada pelo aumento da sua participação nas instâncias de direção. Esta proposta indicava a prioridade conferida pelos diversos grupos de mulheres atuantes nos sindicatos cutistas ao enfrentamento da desigualdade no acesso aos postos de poder exigindo um avanço concreto no processo de democratização e na conquista da igualdade do interior das entidades sindicais. A aprovação das quotas representou a aceitação, por parte dos homens, da existência de uma assimetria no exercício do poder entre homens e mulheres que devia ser reparada. (ARAÚJO, FERREIRA 2001 p.21)

Conforme a citação acima, a cota de 30% de gênero aprovada na plenária (1993) e referendada no congresso (2003) da Central Única dos trabalhadores/as-CUT, instância superior de decisão da categoria, não é suficiente para garantir a representação das mulheres de acordo a sua dimensão na categoria. Em que pese essa decisão, legitimada pela instância superior, observa-se o descumprimento por parte da direção em não contemplá-las no sistema diretivo, reforçando a ideia de um espaço masculinizado, assimétrico, de segregação e sexismo.

3.4 A REPRESENTAÇÃO DA MULHER CONFORME A SUA DIMENSÃO

Nos gráficos a seguir mostram como deve ser a representação das mulheres em percentual na participação do sistema diretivo do Sindiquímica na condição de trabalhadoras, aqui representadas no gráfico como base produtiva, também como sócia do sindicato e associadas da CUT. Esses dados revelam uma realidade que não está conforme as cotas definidas em plenária e congresso da Central Única dos Trabalhadores/as-CUT, instância superior de decisão dos sindicatos cutistas.

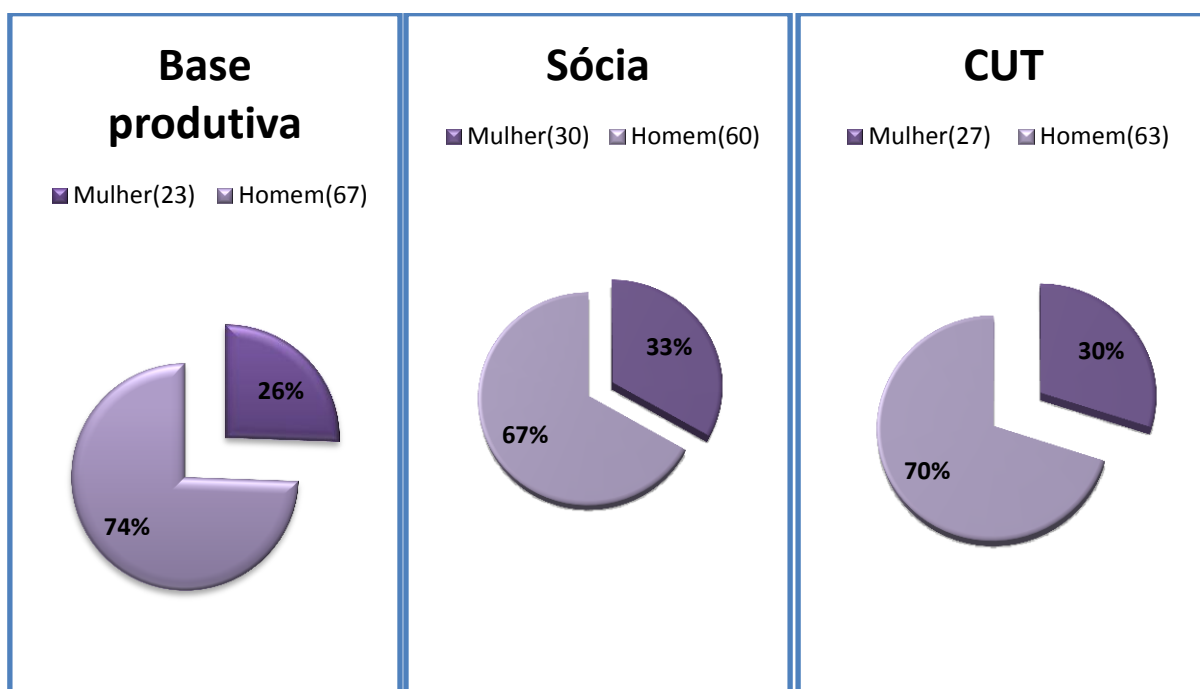


Figura 9: Quantitativo gráfico da cota de gênero na perspectiva da participação da mulher no sistema diretivo do Sindiquímica conforme o índice de proporcionalidade das suas diversas representações, respeitando a sua concernente dimensão.

A partir dos dados apresentados anteriormente em relação à baixa representação da mulher na direção do sindicato, torna-se mais crítico quando se trata da ocupação das mulheres nas secretarias executivas da direção, que é um espaço de decisão política importante para o sindicatos dos químicos. Conforme o Sindiquímica (2013) das 25 secretarias executivas, apenas 2 são ocupadas pelas mulheres, que são as secretarias de Gênero e Juventude. Esses dados nos mostram que nesses espaços masculinizados essa

realidade continua reproduzindo a segregação das mulheres através da hierarquia machista, sexista e patriarcal, nos quais, elas lutam por seus direitos à equidade no processo de decisão e intervenção. Dessa forma, os dados coletados foram interpretados e analisados descrevendo a realidade situacional dessas trabalhadoras, enquanto representantes do movimento sindical ocupando cargo na direção do Sindiquímica. Segundo Capellini,

O questionamento da desigualdade de acesso ao poder sindical levou os grupos de mulheres atuantes nos sindicatos a questionar também a imagem de militância construída pelos homens e sua definição do “fazer política” que não só afastava as trabalhadoras das atividades sindicais como também desestimulava “passagem das militantes a dirigentes”. (CAPPELLIN, 1994, p. 284).

No depoimento de uma das mulheres entrevistadas, Maria Neves dos Santos, 44 anos, operadora de máquinas injetoras da indústria plástica – Inplassul, instalada no município de Itabuna, além de operadora é também Diretora do Sindiquímica, uma das poucas a ocupar cargo de direção no sindicato, diz ela: “eu sempre defendi e defendo na direção para que haja uma representação mais ampla das mulheres na diretoria, mas os homens, que são maioria, sempre usam do argumento de que as mulheres se recusam em participar devido aos seus maridos que não concordam com a sua participação na direção do sindicato ‘por ser coisa de homem’ e outras, alegam ter filho e que faltaria tempo para se dedicar a eles e cuidar dos serviços domésticos”. Sobre isso, vejamos o que diz Souza e Lobo:

Sempre existiu uma grande dificuldade em organizar o conjunto das trabalhadoras nos locais de trabalho, pois sua concentração em funções de baixa qualificação nas quais a rotatividade é mais elevada torna-as mais sujeitas a demissões e ao controle das chefias. De outro, o não reconhecimento da condição feminina por parte das lideranças sindicais masculinas os conduziram à percepção da luta das mulheres como complementar à luta dos homens, ao enquadramento das reivindicações femininas em representações masculinas sobre a mulher, que a definiam primordialmente como mãe, ou simplesmente a importância das demandas específicas sob a alegação de a discussão dessas questões “quebraria a unidade de classe”. Além disso, a própria organização do sindicato, estruturada em função do cotidiano dos homens, é excludente em relação às trabalhadoras por não levar em conta suas responsabilidades domésticas. Finalmente, um importante impedimento tem sido as convenções sociais que ditam os espaços que as mulheres devem ou não frequentar. A ideia de que “sindicato não é lugar de mulher” contribui para fomentar a desconfiança das operárias em relação ao sindicato e, consequentemente, o seu confinamento no espaço doméstico. (SOUZA; LOBO, 1991, p.132)

Em entrevista realizada com as mulheres envolvidas com a luta sindical, as mesmas relatam que se faz necessário ampliar a sua participação nos espaços do sindicato: Dessa forma para Diana de Jesus Lopes, 38 anos, operadora de máquinas injetoras da indústria

plástica Bem Te Vi “ampliamos a nossa participação em cursos, seminários, congressos, mas na direção ainda temos muita dificuldade em participar, os homens ficam com tudo”. Para Iara da Paixão Sales, 44 anos, auxiliar de produção da Med & Med indústria de bolsas e seringas descartáveis “o sindicato ampliou e fortaleceu um debate sobre assédio moral dentro e fora da fábrica nos dando um outro olhar, mas que ainda o nosso espaço precisa ser ampliado dentro do sindicato”. Para Marineide da Silva Baraúna, 42 anos, auxiliar de produção da Med & Med indústria de bolsas e seringas descartáveis disse: “a nossa participação na direção do sindicato ainda é muito baixa”. Para Marise Santos de Jesus Bomfim, 49 anos, auxiliar de produção da indústria de cosméticos Juliana, “nem sempre o sindicato atende as trabalhadoras, poderia dar mais suporte as indústrias do setor plástico”.

Para Teixeira e Leone (2008) economistas e pesquisadoras da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, o princípio que orienta a organização das mulheres por dentro do movimento sindical, parte da compreensão de que uma ação sindical, efetivamente voltada para o conjunto da classe trabalhadora, deve considerar a divisão sexual no mercado de trabalho, articulando a produção, o mundo doméstico e o exercício da cidadania. Significa voltar-se para o modo de vida de trabalhadores e trabalhadoras, porque só a partir desse ponto de vista é possível articular uma pauta que possa refletir essa complexidade; produção econômica e reprodução social. É nesse contexto, de surgimento de um novo sindicalismo, que emerge a luta das mulheres no campo sindical. Nas pautas sindicais, nos últimos anos, ganharam força à luta por creche, ampliação da licença maternidade, licença paternidade, entre outras. Por outro lado, as formas de discriminação indireta e direta são reproduzidas em meio aos ganhos e conquistas das lutas feministas, para as quais existem mecanismos de contenção e remoção. Ou seja, não basta identificar que as mulheres são minorias em determinadas áreas ou estão concentradas em nichos, é preciso verificar quais são os mecanismos que as isolam nesses postos e reivindicar medidas que os superem. E, como afirmamos nos capítulos acima, apesar das mudanças e reconhecimento da mulher enquanto portadora de direitos, o que causa o isolamento da mulher impossibilitando a sua participação na esfera do poder do sindicato, é a permanência da cultura patriarcal e machista que existem em reproduzir a ideia de que a mulher não sabe administrar o poder, que política não é espaço para a mulher, entre outras afirmações que reforçam essa cultura conservadora. Todas essas afirmações discriminatórias, que confirma a divisão sexual do trabalho e a divisão social de classe, fazem parte da estratégia de reprodução da vida do sistema capitalista.

Seguindo o que diz os autoras Teixeira e Leone, percebe-se que a atuação de mulheres no interior dos sindicatos, assessoradas muitas vezes por militantes ou entidades feministas, permitiu que as questões de gênero crescessem em importância no interior do movimento sindical durante os anos 80, momento em que o “novo sindicalismo” se consolidava enquanto ator coletivo.

Ainda assim, abranger as cotas é uma medida importante, mas se não estiver acompanhada de outras ações não será suficiente para reverter o quadro de desigualdade presente nas organizações sindicais. Além disso, a cota para apresentar resultados precisa ser aplicada desde os sindicatos como uma política local permanente, entretanto, o que se verifica é que a grande maioria não aplica, o que dificulta ainda mais a construção de quadros de dirigentes para ocupar posições de direção em instância de poder político nacional, seja nas federações, confederações ou nas centrais sindicais. Como afirmam Araújo e Ferreira,

Atualmente, há uma concordância entre as sindicalistas e mesmo entre parte dos sindicalistas de que a adoção das cotas produziu uma mudança importante na cultura sindical ao garantir a visibilidade para questões silenciadas não vocalizadas e não representadas nos espaços de poder das entidades sindicais. (ARAÚJO; FERREIRA, 2001 p.21)

As autoras Araújo e Ferreira (2001) nos alertam também para a ausência neste debate da questão da discriminação racial e para o fato de que a representação das mulheres negras permanece excluída da discussão que envolve as cotas e as políticas afirmativas. (ARAÚJO, FERREIRA, 2001, p.25).

Para tanto, as possibilidades de mudanças são reais e devem ser motivos de esperança para as lutas feministas e para aqueles que lutam por um mundo justo, prevalecendo à igualdade de oportunidades e de inserção social da mulher, devidamente reconhecida e representada nos espaços de poder públicos e privados. Desde então, os resultados da luta política das mulheres tem sido positivo do ponto de vista das conquistas desse espaço do poder, efetivando o fortalecimento das questões de gênero na perspectiva da mulher tanto na sociedade, como no mundo de trabalho. Muitas conquistas podem ser elencadas aqui e são inúmeras, mas o que nos interessa nesse trabalho é apontar a realidade e as dificuldades que ainda se mantem para que as mulheres ocupem lugares na esfera do poder, no caso estudado,

o Sindquímica. As conquistas que a luta das mulheres vem obtendo, ainda não conseguiram remover a cultura patriarcal e machista, pilares de sustentação do sistema capitalista.

O contato com a literatura de gênero, e mais especificamente sobre a mulher e o poder, orientaram as minhas conclusões de que existem dois caminhos para reverter essa realidade machista que exclui a mulher dos foros de decisão das instituições e a colocam como menos capazes do que os homens para a realização dessas tarefas: primeiro, as mudanças institucionais, capazes de abrir espaços para a participação da mulher na política, com equidade e justiça; depois, implementação de um programa de educação na perspectiva de gênero nas escolas, nas universidades, sindicatos, partidos políticos, entre outras instituições, para que aja mudança de mentalidade, desse modo formar uma nova cultura edificada nos valores da igualdade, justiça e dignidade que promova o empoderamento das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A administração das muitas jornadas de trabalho na vida da mulher que vai desde os trabalhos domésticos, os cuidados e educação dos filhos, até o trabalho rentável e assalariado etc, é difícil. Torna-se ainda mais difícil quando a mulher se faz presente nos movimentos políticos e em atividades sindicais, ocupando mais jornadas e compromissos.

Esta pesquisa nos possibilitou investigar e compreender, não na sua totalidade, já que o tema é abrangente (e certamente daremos continuidade em outras etapas de estudos e pesquisas), o papel da mulher no movimento sindical e compreender algumas questões que foram surgindo no decorrer dos estudos e das investigações. Entretanto, podemos deixar registrado as causas e os fatores determinantes para a pouca participação das mulheres em entidades sindicais, mais especificamente no caso do Sindiquímica.

Apesar da existência de muitos estudos e pesquisas sobre as dificuldades e entraves que as mulheres encontram para ocuparem cargos de direção em sindicatos e outras instituições, como partidos políticos e sindicatos, a nossa pesquisa procura contribuir para ampliar essas reflexões e o conhecimento sobre essa realidade do mundo do trabalho na perspectiva de gênero. Do mesmo modo, essa pesquisa corrobora com as explicações e resultados de muitos desses estudos e pesquisas já existentes quando aponta a cultura patriarcal e machista como a base desses entraves, e mais, quando afirma que essa herança cultural é a ferramenta de reprodução da divisão sexual do trabalho no capitalismo.

Diante dessas considerações, afirmamos, a partir da pesquisa realizada, de que mesmo a mulher tendo conquistado inúmeros avanços históricos e sociais, como exemplo a crescente participação no mercado de trabalho, uma maior inserção no mundo da política e conquistado grandes possibilidades reais de lutar livremente por seus ideais igualitários, reivindicando assim os seus direitos enquanto mulher e cidadã, essa realidade de conquistas não encontra fundamentos institucionais e educacionais consistente capazes de promover a remoção da cultura autoritária, patriarcal e machista, ainda presente nos nossos dias. Por isso podemos constatar que é discreta a participação da mulher no movimento sindical diante da maior

participação masculina, que monopoliza o poder nas instituições de representação de modo geral, e em particular, na direção do sindicato dos químicos.

A reprodução da cultura patriarcal e machista acontece ainda hoje mesmo que o país tenha colocado no mais alto cargo da política, a presidência da República, uma mulher, que comanda uma equipe formada por muitos homens. Então fica a pergunta: podemos considerar esse fato como uma possibilidade de mudança e de avanços para as mulheres reverterem à realidade apresentada pela pesquisa realizada?

Responder a esta pergunta não é fácil, mas a realidade deixa indícios de que mudanças estão acontecendo, por exemplo, o aumento de candidatas na eleição de 2014, apesar do número ainda pequeno de eleitas. Para identificar e compreender esses caminhos da mudança conseguir ter acesso a uma vasta bibliografia que norteou as minhas pesquisas sobre o tema da participação da mulher no poder e no movimento sindical, do mesmo modo realizei entrevistas e questionários visando obter informações acerca da participação feminina no movimento sindical, especificamente do Sindiquímica.

Apesar das dificuldades e entraves para o reconhecimento da mulher como atora política, capaz de tomar decisões no âmbito do poder, não podemos deixar de considerar alguns avanços no mundo sindical, como algumas conquistas práticas e inovadoras por parte dos sindicatos como: garantia à licença maternidade por 4 meses, auxílio creche, reconhecimento como crime de assédio moral e sexual praticados contra trabalhadores/as e outros. Mas é preciso ir muito além dessas práticas, como a necessidade de que os sindicatos façam investimentos em cursos, seminários e palestras para a formação integral e continuada dos/as sócios/as e diretores/as com conteúdos em gênero e diversidade, a fim de desconstruir as atitudes patriarcais, sexistas, hierárquicas e machistas praticados pela direção do sindicato, acabando assim, com a segregação da mulher, bem como de promover o empoderamento das trabalhadoras a fim de que a equidade de gênero na perspectiva da mulher, seja respeitada e que elas possam ocupar de fato os espaços ocupados pelos homens. Essa luta é também a luta contra a desigualdade social, que alimenta as relações de exploração da mulher no mundo do trabalho.

Assim, conclui-se que esta pesquisa demonstra as reais condições do papel da mulher nos cargos de direção sindical e as possibilidades de transformação cultural e política que estão, desde muitos anos, na pauta das lutas feministas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca Moreira, PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Ed. Abril cultural: Brasiliense, 1985.

ALVES, Giovann – **O novo (e precário) mundo do Trabalho: Reestruturação Produtiva e crise do Sinicalismo**. Editora Boitempo, São Paulo, 2000.

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

ANDRADE. Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas; Editora da Unicamp, 1995.

ARAGÃO, Felipe. **O papel da mulher ao longo da história**. Disponível em <http://respondebrasil.com.br/noticia/95/o_papel_da_mulher_ao_longo_da_historia>. Acesso em 18.12.2013.

ARAÚJO, Ângela M. C., VERÔNICA, C. Ferreira – **Terceirização e relações de gênero: Terceirização no Brasil: Do discurso da inovação a precarização do trabalho**, São Paulo, Annablume, 2009.

BANDEIRA, Lurdes. MELO, Hildete P de. **Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil**. Brasília: SPM, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: Consequência humana**, Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo. Fatos e Mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1 Volume. Difel, 1955.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. Editora Boitempo, São Paulo, 2012.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1999.

CARTA Maior . **8 de março: os sindicatos são imprescindíveis para fomentar direitos das mulheres**. Carta Maior. 2015. Disponível em < <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/8-de-marco-os-sindicatos-sao-imprescindiveis-para-fomentar-direitos-das-mulheres/4/33014> > Acessado em 09 de março de 2015.

CASONATTO, Odalberto Domingos. **Jesus e as Mulheres: A Mulher nos Evangelhos Sinóticos**. Disponível em <http://www.abiblia.org/ver.php?id=1623&id_autor=66&id_utente=&caso=artigos#.UpZ00rVTvIV>. Publicado em 06/03/2011. Acesso em 26.11.2013.

CASTRO, Nadya Araujo, GUIMARÃES Iracema Brandão. **Relações de Trabalho, Relações de Poder**. In: SIQUEIRA, Deis E., POTENGY, Gisélia F., CAPPELLIN, Paola. (Org.) Brasília: Editora Universidade de Brasília, p.239, 1997.

CFEMEA - Centro Feminista de estudos e Assessoria; **FIG CIDA** - Fundo para a Igualdade de Gênero Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional. **Perspectivas e Críticas Feministas sobre as Reformas Trabalhistas e Sindical**. Brasília: CFEMEA, FIG CIDA, 2006.

CIDM (Comissão para a igualdade e para os direitos das mulheres), (s.d) “**Segundo Plano Contra a Violência Doméstica 2003-2006**”. Disponível em: <http://www.cidm.pt/destaque_vd.html>. Acesso em 17.01.2014.

COSTA, Ana Alice. As mulheres no sindicato. In: SARDENBERG, Cecília. (Org.). **A face feminina do complexo metal-mecânico: mulheres metalúrgicas no Norte e Nordeste**. Salvador: UFBA/FFCH/NEIM; REDOR; São Paulo; CNM/CUT, 2004.

_____; Ana Alice Alcântara; COSTA, Albertina O. (Orgs.). **Transformando a relação trabalho e cidadania: produção, reprodução e sexualidade**. São Paulo: CUT/BR, 2007.

_____; Ana Alice Alcântara; SARDENBERG; Cecília Maria B. (Orgs.). **O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e expectativas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

CUT - Espaço de Mulheres e de Homens. São Paulo: CUT, 1993

DELGADO, Didice Godinho. PAULINO, Luci. LIMA, Maria Ednalva Bezerra de. CABRAL, Sandra Rodrigues. **20 anos da política de gênero da CUT. Mulheres na CUT: uma história de muitas faces. Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT Brasil** (org.) – São Paulo: CUT Brasil, 2006.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha da Justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômico. Disponível em <<http://dieese.org.br>>. Acesso em 20.09.2013.

DRUCK, Graça ; FRANCO, Tânia. M. A. A terceirização no Brasil: velho e novo fenômeno. In: PADILHA, V. e NAVARRO, V.. (Org.). **Retratos do Trabalho no Brasil**. 254 ed. : 2009, v. 1, p. 225;

DRUCK, Maria Graça. **Tercieirização (des) fordizando a fábrica, um estudo do complexo petroquímico**, Edufa, Salvador-BA, 1999.

ENGELS, Frederick. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo. Ed. Civilização Brasileira, 1977.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **O feminino na sombra: relações de poder na CUT**. / Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo – Fortaleza: EUFC, 1998.

FARIA, Nalu & NOBRE, Miriam. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 1997.

FORO, Carmem Helena Ferreira. *As transformações nas relações de trabalho e cidadania no campo: produção, reprodução e sexualidade*. In LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; COSTA, Ana Alice Alcântara; COSTA, Albertina; ÁVILA, Maria Betânia; SOARES, Vera Lúcia (orgs). **Transformando as relações de trabalho e cidadania. Produção, reprodução e sexualidade**. São Paulo/CUT/BR, 2007 pp. 175-182.

FREUD, Sigmund. "**Sexualidade Feminina**". Vol. XXI ESB das obras completas, Imago Editora, RJ, 1931.

GUIMARAES, Iracema Brandão. Gênero e trabalho: desafios da intervenção nas atividades informais. In: ALVES, Ivya; SCHEFFLER, Maria de Lourdes; VASQUEZ, Petilda Serva; AQUINO, Silvia de (Org.). **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador, EDFBA/NEIM, 2010. p.103-128.

HAYEK, Friedrich August Von. **O caminho da servidão**. 4. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; Instituto Liberal, 1987.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**, Ed. Loyola, São Paulo, 1992.

HÉRITIER, Françoise. "**Masculino e Feminino**" in <ii>Enciclopédia Einaudi v.20<fi>. Lisboa, 1980 [11-26]

HEILBORN, Maria Luiza "**Gênero e Hierarquia: a costela de Adão**. revisitada in <ii>Revista Estudos Feministas volume 1, número 1 CIEC/ECO/UFRJ,1993

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002. Coleção Mundo do Trabalho.

_____, Helena, KERGOAT, Danile. **Novas Configurações da Divisão sexual do Trabalho**. Caderno de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./ dez. 2007.

_____, H. SEGNINI, L. (Orgs). **Trabalho e Sociedade: Organização, Trabalho e Gênero**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

_____, Helena "**Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero**" In: **Revista Latino-americana de estudos do trabalho** São Paulo: Associação latino-americana de estudos do trabalho, ano 4, nº 7, 1998, p. 5-27

HITA, Maria Gabriela. "**Igualdade, Identidade e Diferença(s): Feminismo na re-invenção dos sujeitos**". Em Heloisa Buarque de Almeida et. al. (orgs.) **Gênero em Matizes**. Bragança Paulista.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

_____. **Sindicatos: Indicadores Sociais 2001**.

_____. **Departamento de População e Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **A operária metalúrgica**. São Paulo: Semente Editora, 1982. 160p.

LOBO, Elisabeth Souza. **A classe operária tem Dois Sexos: Trabalho, Dominação e Resistência**, São Paulo, Editora Braziliense, 1991,
MARGARET, Mead. **Sexo e Temperamento**. São Paulo. Editora: Perspectiva, 1988.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. São Paulo. ed. Nova Cultural Ltda. Cópia da edição, 1996.

MATOS, Paulo. Jornalista, historiador pós-graduado, bacharel em Direito e escritor. Brasil - **A Era Vargas** - Parte 1. Disponível em <
[http://www.passeiweb.com/estudos/sala de aula/historia/era vargas](http://www.passeiweb.com/estudos/sala_de_aula/historia/era_vargas)>. Acesso em 17.01.2014.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**, 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MELO, Leonel Itaussu A. COSTA, Luis César Amad. **História Moderna e Contemporânea**. Editora Scipione. Edição 1ª, 1993.

MÉZAROS, István. **Para além do capital: Rumo a uma teoria da Transição**, Boitempo Editorial, 2002.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Dossiê: **Marxismo, feminismo e "estudos de gênero"**. **Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças**. Disponível em <
<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/files/MLygia2.pdf>>. Acesso em 02.12.2013

NAVARRO, Vera Lúcia. **O trabalho e a saúde do trabalhador na indústria de calçados**, 2003 – Disponível em [http:// www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em 03.11.2014.

NAVARRO, Vicente – Produção do Estado de bem estar. **O contexto político das reformas**, Lua Nova, Cedec, 1993.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **A Feminização no mundo do trabalho: Entre a emancipação e a precarização**. Autores associados, S.P., 2004.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica. Informe do Diretor Geral**. Brasília: OIT, 2006.

_____, Organização Internacional do Trabalho. Manual de Capacitação e Informação sobre Gênero, Raça, Pobreza e Emprego, módulo-I – **Tendências, problemas e enfoque: Um panorama geral**, 2000.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **A Mulher, a Sexualidade e o Trabalho**. Editora Hucitec. São Paulo: CUT, 1999.

ONO- Organização das Nações Unidas. **Igualdade para as mulheres é o progresso para todos**. Disponível em < <http://nacoesunidas.org/com-o-tema-igualdade-para-as-mulheres-e-o-progresso-para-todos-onu-marca-dia-da-mulher/>>. Acesso em 12.09.2014.

PISCITELLI, Adriana. “Re-criando a (categoria) Mulher”. In: L. M. Algranti (org.) **A Prática Feminista e o Conceito de Gênero**. Textos Didáticos, n.48, 2002.

PRADO, Luis Alberto. **A história da luta da mulher.** Disponível em <www.multirio.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100:a-origem-do-dia-internacional-da-mulher&catid=33:cidadania&Itemid=331>. Acesso em 17.12.2013.

RAMOS, Ivonete da Silva. **Mulheres no terceiro setor da economia: O mito da emancipação feminina.** UFSC, Floripa, 2006.

REINA, Vanderlay Santana. **Movimento Sindical: Rebatimento na História de Vida de uma Mulher.** Mestre em Família na Sociedade Contemporânea do Programa de Pós-graduação da UCSAL. Aluna especial do Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPG-NEIM, UFBA, 2012.

RODRIGUES, Valéria Leoni. **A importância da mulher.** Disponível em <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/729-4.pdf>>. Acesso em 05.12.2013.

SAFFIOTI, Heleieth, **“Rearticulando Gênero e Classe.”** In: Costa, A. O & Bruschini, C. (orgs.), Uma Questão de Gênero, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992, pp.:183-215.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas.** Marli Emílio (org.), Marilane Teixeira (org.), Mirian Nobre (org.), Tatau Godinho (org.). – São Paulo: Coordenadora Especial da Mulher, 2003.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** In: Educação e Realidade. Porto Alegre - jul./dez. 1995.P: 71–99.

_____, Joan Wallach. **“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”.** Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.Revisão de Tomaz Tadeu da Silva a partir do original inglês (SCOTT, J. W.. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press, 1988. PP. 28-50.), de artigo originalmente publicado em: Educação & Realidade, vol. 15, nº 2, jul./dez. 1990. Tradução da versão francesa (Les Cahiers du Grif, nº 37/38. Paris: Editions Tierce, 1988.) por Guacira Lopes Louro.

SILVA, Carmen; ÁVILA, Maria; FERREIRA, Verônica (orgs.). **Mulher e Trabalho. Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia;** São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005.

SIQUEIRA, Deis E., POTENGY, Gisélia F., CAPPELLIN, Paola (orgs.). **Relações de Trabalho, Relações de Poder.** Brasília: Editora UnB, 1997

SILVA, Carmen; ÁVILA, Maria Betania; FERREIRA, Verônica (orgs.). **Mulher e trabalho. Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia;** São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005.

SINGER, Paul. **O capitalismo.** Sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna 1987. Edição 6ª.

SINCLAIR, J. M. **Corpus, concordance, collocation**. Oxford: Oxford University Press, 1991. Tradução: Diva Cardoso de Camargo - Doutora em Semiótica e Linguística Geral, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2004.

SOARES, V. **Movimento Feminista: Paradigmas e desafios**. Revista de Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, no especial, v. 2, p.11-24, OUT/ 1994.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. São Paulo: Autêntica, 2013.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira, LEONE, Eugênia Trancoso. **As mulheres no mercado de trabalho e na organização sindical**. Editora 34, São Paulo, 2003.

_____, Marilane; EMÍLIO, Marli; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (Org). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003

_____, Marilane. (Org). **O mercado de trabalho reitera relações desiguais que se constroem no âmbito das relações econômicas e sociais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert. 2013.

_____, Marilena; PELATIERI, P. Mercado de trabalho feminino e sindicalização. In; igualdade é o máximo, cota é o mínimo. **As mulheres no mundo sindical. Secretaria Nacional sobre a mulher trabalhadora da CUT**, São Paulo, agosto de 2008.

VIANA, Elisângela. Psicóloga Clínica/Psicanalista. **A mulher na contemporaneidade**. Disponível em < <http://psicanalisandocomfreudlacan.blogspot.com.br/2012/06/mulher-na-contemporaneidade.html>>. Acesso e 17.01.2014.

WATANABE, Célia Hissae; CORRÊA, M^a dos Prazeres. A.V.; ALMEIDA, Roseny de. (Orgs.) **As Relações de Gênero e Debate**. Recife: Escola de Formação Sindical da CUT no Nordeste, 2000.

ANEXO 1 – FICHA DE ENTREVISTA